

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/11/04

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	<b>ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</b>			
1	Ata nº 22/2015, da reunião de câmara de 2015/10/07			Aprovação
2	Procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado de um posto de trabalho na categoria de técnico superior, área de contabilidade e administração, reserva de recrutamento - Recrutamento excecional - SMAS			Aprovação
	<b>APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS</b>			
3	Mercado retalhista de Vila Franca de Xira - Alteração de titularidade dos lugares nºs 31 e 32 da placa 1	Jorge Miguel Marques Paulino		Aprovação
4	Mercado retalhista de Alhandra - Exercício do direito de preferência sobre a transmissão da loja nº 10	José Luís Reis de Oliveira		Aprovação
	<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA</b>			
	<b>. Assuntos apresentados para conhecimento</b>			
	<b>Da competência do Presidente da C.M.</b>			
5	Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal			Conhecimento
6	Legislação-síntese e editais			Conhecimento
7	Pagamentos autorizados			Conhecimento
8	Balancetes			Conhecimento
	<b>. Outros assuntos</b>			
9	Projeto de Regulamento e Tabela de Taxas e Preços da Câmara Municipal para 2016 - Consulta pública			Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/11/04

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
10	Contratação de serviços de lavagem e higienização de equipamentos para deposição de resíduos sólidos urbanos no Concelho - Aceitação da lista de erros e omissões e retificação das peças do procedimento			Aprovação
11	Contratação de serviços para execução das medidas de autoproteção dos estabelecimentos de ensino do Concelho - Parecer prévio vinculativo			Aprovação
12	Contratação de serviços de limpeza de vários equipamentos municipais - Início do procedimento, parecer prévio vinculativo e remessa à Assembleia Municipal para abertura do procedimento e autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
13	Protocolo a celebrar com a Fundação INATEL	Fundação INATEL		Aprovação
14	Exercício do direito de preferência sobre a fração "AO", correspondente ao 3º eqº (bloco D) e estacionamento na cave, com o nº D6, sita no bairro da Chasa - Rua António Sérgio, nº 139	Carmen Ribeiro	Alverca do Ribatejo	Aprovação
15	Exercício do direito de preferência sobre a fração "H", correspondente à loja 8, sita na rua António Sérgio, nº 139 B	RE/MAX Vantagem 2	Alverca do Ribatejo	Aprovação
16	Exercício do direito de preferência sobre a fração "A", correspondente à garagem sita no beco Luís Victor Correia Nunes, nº 5, cv ga1	Alfredo Albuquerque Ferreira	S. João dos Montes	Aprovação
17	Exercício do direito de preferência sobre a fração "I", correspondente ao 1º eqº, sita na rua José Maia Tavares, nº 13 (lote 15)	Joaquim Hermínio Belo do Amaral	Alhandra	Aprovação
	<b>GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA</b>			
18	Relação de atos da competência da Câmara Municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
19	Cedência de parcela de terreno a integrar no domínio público - Vinha da Igreja	Gonçalo Filipe Tiago Silva	Calhandriz	Aceitação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/11/04

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
20	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 416 do loteamento da Quinta da Bela Vista	Carlos D'Alo Inácio da Costa	S. João dos Montes	Aprovação
21	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 417 do loteamento da Quinta da Bela Vista	Carlos D'Alo Inácio da Costa	S. João dos Montes	Aprovação
22	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 464 do loteamento da Quinta da Bela Vista	Albino de Jesus Henriques	S. João dos Montes	Aprovação
23	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 216 do loteamento do Casal do Álamo	Felismino Marques Lopes	S. João dos Montes	Aprovação
24	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 236 do loteamento do Casal do Álamo	Felismino Marques Lopes	S. João dos Montes	Aprovação
25	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 256 do loteamento do Casal do Álamo	Felismino Marques Lopes	S. João dos Montes	Aprovação
26	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote B38 do loteamento do Moledo	José Alberto Caralinda Nobre	Alverca do Ribatejo	Aprovação
27	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote B39 do loteamento do Moledo	José Alberto Caralinda Nobre	Alverca do Ribatejo	Aprovação
28	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 6 do loteamento do Estacal	Aleixo Correia Cabrito	Alverca do Ribatejo	Aprovação
<b>OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS</b>				
29	Regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão - Conta final	Oliveiras, SA	Castanheira do Ribatejo	Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/11/04

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
30	Prestação de serviços de técnico responsável pela exploração das instalações de utilização de energia elétrica do Município - Anos 2016/2017 - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
31	Rotunda no entroncamento da variante de Vialonga com a estrada municipal de Alprate - Abertura de procedimento		Vialonga	Aprovação
	<b>AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL</b>			
32	Compra e venda da fração de habitação municipal designada pela letra "C", sita na rua João Tarré Ribeiro, nº 16, 1ª dtº, em Arcena	Alya Hijazi Moreira	Alverca do Ribatejo	Aprovação
33	Compra e venda da fração de habitação municipal designada pela letra "A", sita na praça Florbela Espanca, nº 4, r/c dtº	Maria do Carmo Franco Correia	Vialonga	Aprovação
34	Compra e venda da fração de habitação municipal designada pela letra "AJ", sita na rua António José da Silva, nº 4, 9ª A - Revogação da deliberação de 2015/06/03	Vera Lúcia Santos Soares Nunes	Vialonga	Aprovação
	<b>REABILITAÇÃO URBANA</b>			
35	Execução de 3 cais de pesca para os avieiros da Póvoa de Santa Iria - Auto de vistoria e liberação de 60% da caução total da obra	Cordivias - Engenharia, Lda		Aprovação
36	Aprovação da proposta de delimitação de 7 ARU do Concelho e envio à Assembleia Municipal para aprovação da proposta de delimitação das ARU e das alterações das taxas do RMUETOU - Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas por Operações Urbanísticas e do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis			Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/11/04

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
37	SIRERU - Sistema de Incentivos à Revitalização Empresarial e Regeneração Urbana - Envio à Assembleia Municipal para aprovação, bem como das alterações das taxas do RMUETOU - Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas por Operações Urbanísticas e do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis			Aprovação
38	Protocolo de colaboração para a construção sustentável no Município, a celebrar com o Instituto Superior Técnico - Envio à Assembleia Municipal para aprovação, bem como das alterações das taxas do RMUETOU - Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas por Operações Urbanísticas e do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis			Aprovação
	<b>ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</b>			
39	Ata em minuta da reunião			Aprovação

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA  
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2015/11/04

Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e quinze, pelas 9h35, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:-----

. Nuno Miguel Marques Libório; -----  
. Fernando Paulo Ferreira; -----  
. Ana Lúcia Alves Cardoso; -----  
. António José Sequeira Félix; -----  
. Aurélio dos Santos Marques; -----  
. José António da Silva de Oliveira; -----  
. Diana Raquel Antunes Serpins; -----  
. Maria de Fátima Pires Antunes; -----  
. Ana Paula Bayer Lourenço. -----

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores João Manuel Correia Pires de Carvalho e Paulo Sérgio Pinto Rodrigues, tendo sido substituídos pelas Sras Ana Paula Bayer Lourenço e Diana Raquel Antunes Serpins, respetivamente. -----

Entrou no decurso da reunião o Sr. Vereador Rui Ribeiro Rei, pelas 9h50, durante o período antes da ordem do dia.-----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Isabel Maria Gaião Moreira, Coordenadora Técnica. ---

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----



Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

. Chefe do Gabinete-----

Dr. Renato Gonçalves -----

. Adjuntos-----

Jorge Zacarias-----

Drª Susana Santos-----

GABINETE DE APOIO À VEREAÇÃO-----

. Adjunto-----

Adão Conde-----

. Assessoria-----

João Pedro Baião-----

Bruno Oliveira-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenador-----

Dr. Cláudio Lotra-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA-----

. Chefe da Divisão de Planeamento Financeiro e Controlo Interno-----

Drª Nélida Soares-----

. Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental-----

Dr. António Domingos-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Diretor-----

Arqtº Nuno Santos-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS-----

. Diretora-----

Engª Rosário Ferrão-----

. Chefe da Divisão de Infraestruturas Tecnológicas-----

Engº Clemente Rocha-----

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA-----

. Diretora-----



Reunião de 2015/11/04

Deliberação nº





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata <sup>n</sup> 004

Reunião de 2015/11/04

Proc.<sup>o</sup> \_\_\_\_\_

Deliberação n.<sup>o</sup> \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
SURTO DE LEGIONELLA -----

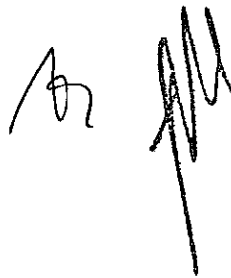
Interveio o Sr. Presidente, cumprimentando todos os presentes e dando início à reunião, referindo que irá dar algumas informações, começando por dizer que está perto da data daquele dia fatídico, 7 de novembro, em que faz um ano que o concelho foi assolado pelo surto de Legionella, e o que gostaria de referir é que passado um ano ainda não há conclusões da investigação do Ministério Público sobre o caso. Assim, sem pôr em causa as investigações que certamente são complexas, mas tendo em vista a dor que muitos familiares têm e continuam a ter, principalmente os que perderam entes queridos, havia uma expectativa de que a investigação pudesse ser mais célere. -----

Está convicto que a breve trecho a justiça conclua este processo, e que através do mesmo e da investigação isso represente o que julga ser importante ter em consideração, a prevenção, para que não aconteçam coisas destas no concelho e no país.-----

Na altura falou-se da necessidade de alterações legislativas, o que é um facto é que, quanto saiba, nada foi feito sobre a matéria, e julga que a Assembleia da República, pese embora alguma informação que a autarquia disponibilizou e solicitou aos grupos parlamentares, nada adveio, pelo menos publicamente, de palpável.-----

Como em determinados momentos afirmou, o município não descarta a possibilidade de interpor também uma ação mediante a acusação que vier a ser deduzida, e quando a investigação acabar talvez seja altura de se considerar a possibilidade de avançar no sentido do município ser ressarcido, não só das questões de imagem, mas também dos recursos técnicos e humanos que foram necessários disponibilizar. -----

Interveio a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Ana Lúcia Cardoso, cumprimentando todos os presentes, referindo que, de facto, os membros da CDU subscrevem o que o Sr. Presidente disse em relação a este assunto, e dizendo ser de lamentar que passado um ano daquilo que foi uma grande tragédia, não só a nível do concelho, mas também a nível nacional, estejam todos à espera de perceber quem foram os culpados pela morte de mais de uma dezena de pessoas, e quem foram os indivíduos que, não



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 005

Reunião de 2015/11/04

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

pensando naquilo que estavam a fazer aos outros, colocaram em causa a saúde de 3 ou 4 freguesias do concelho. Portanto, esperam sinceramente que rapidamente o responsável assuma as responsabilidades, se bem que em muitos dos casos vai ficar apenas por uma necessidade de se encontrar um culpado, sem que isso possa devolver a saúde e a vida às pessoas. -----

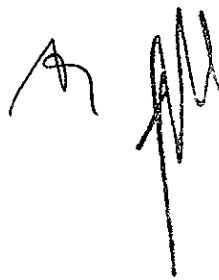
O Sr. Vereador Rui Rei interveio, mencionando que faz efetivamente um ano da calamidade que se abateu sobre o concelho de Vila Franca de Xira, nomeadamente o sul do concelho, que infelizmente afetou um conjunto de munícipes, ficando alguns efetivamente marcados para toda a vida. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo apelam a que as autoridades trabalhem rapidamente e não exista, de forma nenhuma, a tentativa de desculpar efetivamente aqueles que são culpados e que andaram a colocar na atmosfera um conjunto de problemas, que levou a que os cidadãos, uns infelizmente tenham falecido, e outros tenham ficado com mazelas para o resto da vida. -----

Portanto, pensam que os responsáveis devem ser responsabilizados, e ainda mais, que a câmara municipal não deveria esperar que nenhuma ação judicial fosse intentada, já deveria ter colocado uma ação judicial, eventualmente contra incertos, mas há juristas que o podem dizer, contra quem vier a ser apurado ou contra as empresas de onde saiu aquele problema que provocou o problema nos cidadãos. Não deve estar à espera que haja uma ação judicial do Manuel, Francisco ou Joaquim, para se associar, é exatamente o contrário, devia efetivamente tomar a dianteira, porque tem que defender os seus cidadãos, além da imagem do concelho de Vila Franca de Xira. -----

Portanto, do ponto de vista que têm, a câmara municipal defendia tanto melhor essa imagem e tanto melhor os interesses dos cidadãos se já tivesse verdadeiramente intentado uma ação e se colocado efetivamente ao lado desses cidadãos, para, em conjunto, se encontrarem os responsáveis, sendo que, de acordo com o que vinha na comunicação social e as informações que receberam nesta mesma sala, tinham sido encontrados os focos de contaminação. -----

Portanto, se tinham sido encontrados os focos de contaminação, a justiça tem que atuar e a câmara municipal tem que intentar uma ação para que se possa avaliar verdadeiramente se vem daqueles focos de contaminação, sim ou não, ou se



existem outros que eventualmente desconhecem.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que já falou sobre esta matéria, a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso falou, o Sr. Vereador Rui Rei falou, e aquilo que lhes quer dizer é que está convicto quanto às investigações do Ministério Público, e não é que tenha alguma informação privilegiada, que alguns terão, mas não é o próprio, de certeza absoluta. -----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que o tribunal não deixa agora.-----

Interveio de novo o Sr. Presidente, referindo que nessas e muitas matérias julga que se teria de evoluir bastante para se ser um país e um estado de direito, na aceção da palavra. Às vezes tem dúvida que assim seja, mas está sempre convicto que há capacidade para fazer melhor, a sociedade no seu todo. Não é agora essa questão da união de esquerda ou seja lá o que for, é a sociedade no seu todo, há responsabilidades gerais, em cada momento da vida uns estão a conduzir os destinos do Estado, outros não, mas disso também não vem mal à vida, porque a democracia é isso mesmo. -----

Agora, está convicto que depois de um ano certamente as conclusões devem estar para chegar, e daí tirarem-se as devidas ilações.-----

Depois, o que diz ao Sr. Vereador Rui Rei e à Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso é que tem procurado ser muito cauteloso naquilo que diz, porque, se por um lado dizem que a origem do foco da epidemia está absolutamente definido, o que é um facto é que oficialmente, de uma forma taxativa, isso ainda não existe. Ao não existir, não lhe compete dizer “sim senhor, a origem do foco é aquela, a empresa é aquela”, se bem que os indícios apontam muito para isso, tem que se aguardar para, de uma forma clara e inequívoca, saber que efetivamente o culpado é aquele. -----

Nisso dá razão ao Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que efetivamente têm que se encontrar os causadores para que esta situação não se volte a repetir, ou pelo menos não tenha esta incidência, porque todos os anos há vários episódios de Legionella pelo país fora. Aliás, vai haver neste fim de semana um congresso onde vão estar 700 médicos para falar sobre problemas respiratórios, e outros, onde, numa determinada área do que vai ser lá discutido, vem uma “coisinha” sobre o surto de Legionella de Vila Franca de Xira. Já pediu para se enviar à organização



que a câmara municipal fica satisfeita de estar a desenvolver essa temática, mas que seria muito interessante a terem convidado, para também estar nesse congresso. Não é porque o executivo queira ir para um bom hotel no Algarve, nada disso, e que é promovido por grandes indústrias farmacêuticas, não é nada disso que o atrai, nem certamente aos congressistas, pois é ali como podia ser noutro sítio qualquer, e até podia ser em Vila Franca de Xira, o que se calhar tinha todo o sentido. Se se vai falar de Legionella, até se deveria ter escolhido Vila Franca de Xira, mas não é lá.-----

Efetivamente há neste momento muitas entidades que têm vindo a falar sobre a matéria com toda a propriedade, e crê que através disso, se a legislação tem que ser alterada, deverá sê-lo rapidamente, porque permitirá uma melhor prevenção, uma melhor metodologia de controlo, para que uma situação destas não aconteça. Isto é o que se deve fazer em termos de prevenção, no seu entendimento, e por outro lado também são precisos postos de trabalho, em termos sociais, e quem cria postos de trabalho são as empresas. -----

Assim sendo, tem que se encontrar o equilíbrio que é necessário para estas matérias, e por isso mesmo o próprio, em vários momentos de algumas afirmações públicas que fez, teve sempre a preocupação de dizer que as empresas não são inimigos, são entidades que podem e devem ter uma atitude ambientalmente sustentável e amiga do ambiente. -----

Portanto, na articulação de tudo isto, julga que se conseguirão, no futuro, evitar estas situações. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Deliberação nº

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o Pavilhão Multiusos do Parque Urbano de Vila Franca de Xira acolhe, entre os dias 6 e 8 de novembro, mais uma edição da Avixira, onde, como é habitualmente, poderão ser apreciadas milhares de aves canoras ornamentais, portuguesas e estrangeiras, e será um momento em que muitas centenas de visitantes vêm ao concelho. São cerca de 10 000 aves em exposição, provavelmente o número maior desde que este certame da Avixira é realizado, e convida todos a irem ver estas aves canoras, pois é sempre um momento muito interessante. -----



Reunião de 2015/11/04

Deliberação nº

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, saudando todos os presentes e dizendo que os membros da CDU se associam também ao que o Sr. Presidente já trouxe em relação aos atletas do Alhandra Sporting Club, Melanie Santos, e aos bicampeões nacionais de triatlo jovem, na Figueira da Foz, sendo que acrescentou que são bicampeões, para reforçar.-----



Fl. Ata

Reunião de 2015/11/04

Proc<sup>9</sup>

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

DESTAQUE DOS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que destaca na ordem do dia desta reunião a construção da rotunda em Vialonga, no entroncamento da variante com a estrada municipal de Alpriate, a estratégia de regeneração urbana, a reabilitação urbana empresarial e a regeneração urbana, bem assim como o protocolo de colaboração para a construção sustentável, matérias que se irão também analisar. -----

*[Handwritten signature]*

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
AÇÃO JUDICIAL – DECLARAÇÃO DE NULIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS  
RESULTANTES DA CRIAÇÃO DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE  
ÁGUA E DE SANEAMENTO DE LISBOA E VALE DO TEJO-----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, cumprimentando todos os presentes e passando a ler um documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, relativo a uma ação judicial visando a declaração de nulidade dos atos administrativos resultantes da criação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, e a extinção da Simtejo. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, dizendo que os membros da CDU têm outras questões a levantar, mas antes disso, em nome da sua bancada, gostaria de dizer que estão obviamente, do ponto de vista político, totalmente solidários com a ação judicial interposta pelos municípios diretamente envolvidos, na destruição de mais um serviço público, porque é exatamente disso que se trata, onde se inclui o concelho de Vila Franca de Xira.-----

A par de outros efeitos nefastos, se este sistema multimunicipal não for extinto por decisão da próxima Assembleia da República, além do combate, nos termos jurídicos a que se propuseram estes municípios, há de facto questões muito importantes, que têm de ser muito mais denunciadas junto da opinião pública, que são os aumentos de 19% sobre o preço da água, bem como os 20% de aumento previstos com as tarifas de saneamento.-----

Aqui há duas hipóteses, ou os municípios assumem como custo social a amortização deste aumento de custos, o que poderá ser difícil, de acordo com as dificuldades financeiras que assistem à generalidade dos municípios ou, por outra via, estes aumentos de encargos prestados às populações através das suas câmaras municipais representarão um aumento de fatura, o que é obviamente de todo indesejável.-----

Portanto, o que diz ao Sr. Presidente é que esta iniciativa, como foi dito, é tremendamente violadora da autonomia do poder local, profundamente contribuidora para a destruição do interesse do próprio património do município, e o Sr. Presidente terá, nos vereadores da CDU e nesta força política, todo o empenho no sentido de resguardar e defender este serviço público que muito





Fl. Ata 012

Reunião de 2015/11/04

Proc<sup>9</sup>

Deliberação nº

custou a edificar, e poderá ser destruído, caso não haja a cessação desta deliberação do anterior governo e da anterior maioria de direita na Assembleia da República.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que isso é claro, e pode dizer que todos os presentes estão de acordo que, efetivamente, ninguém pode estar de acordo com qualquer solução que prejudique a população, neste caso aumentos da água e do saneamento, e logicamente que esta ação judicial com que se avançou, juntamente com Lisboa, Odivelas e Vila Franca de Xira, tem todo o sentido, para proteger as populações.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório transmitiu uma ideia, mas também teve a correção de dizer que não é fácil, ou seja, das câmaras municipais, inclusivamente esta, poderem assumir os encargos deste aumento, e o que lhe pode dizer, tendo em vista aquilo que esta câmara municipal tem feito ao longo dos anos, umas vezes por decisão própria, de quem a está a gerir, outras por propostas que a oposição coloca, é que logicamente o executivo municipal, sobre essa matéria de ajuda às famílias, certamente está no topo desse trabalho social que desenvolve. Contudo, ver-se-á como é que isto vai evoluir.-----



**MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**Nota informativa à reunião pública ordinária da Câmara Municipal de 4 de novembro de 2015 (para constar da respetiva ata)**

Os Municípios de Loures, Lisboa, Odivelas e Vila Franca de Xira entregaram ontem, dia 3 de novembro, no Supremo Tribunal Administrativo, uma ação judicial visando a declaração de nulidade dos atos administrativos resultantes da criação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (Decreto-Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto).

A ação conjunta visa a extinção da SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e do Trancão e o contrato de concessão celebrado com esta empresa pública, de que os municípios eram também acionistas, e que foi extinta sem o seu consentimento, bem como a criação - **também à revelia dos Municípios** - da nova empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo, responsável pela concessão do abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, por fusão de 8 sistemas multimunicipais já existentes, e cuja gestão será delegada na EPAL.

Os Municípios consideram que esta situação viola a autonomia local e lesa os seus interesses patrimoniais bem como os interesses das populações.

De sublinhar que o novo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo estabelece até 2020 um aumento de 19% no preço do fornecimento de água e o agravamento de 12% nas tarifas de tratamento de águas residuais para os Municípios que constituem a SIMTEJO.

Paços do Município de Vila Franca de Xira, 4 de novembro de 2015

O Vereador,

José António da Silva de Oliveira



Deliberação nº



Fl. Ata 014

Reunião de 2015/11/04

Proc<sup>o</sup>

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

VOTO DE PESAR - FALECIMENTO DO CINEASTA JOSÉ FONSECA E COSTA-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, cumprimentando todos os presentes, passando a ler um voto de pesar pelo falecimento do cineasta José Fonseca e Costa, que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que crê que pode considerar que todos se associam a este voto de pesar, e isso vai ser transmitido à família. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, cumprimentando todos os presentes, referindo que a CDU, como é óbvio, associa-se a este voto de pesar, não só pela dimensão humana de José Fonseca e Costa, mas fundamentalmente também pela obra muito relevante no campo cultural, com destaque para o elevado contributo que deu para a revisitação de uma história recente da democracia portuguesa, que muito se deve ao esforço artístico e criativo deste grande homem da cultura.-----

Assim, obviamente que a CDU se associa a este voto de pesar.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

### Voto de Pesar – Falecimento do Cineasta José Fonseca e Costa

O Município de Vila Franca de Xira expressa o seu pesar pelo falecimento do cineasta José Fonseca e Costa (n. Angola, 27.06.1933; f. Lisboa, 01.11.2015).


Sócio-fundador do Centro Português de Cinema, José Fonseca e Costa é símbolo e um dos mais importantes cineastas da geração do Novo Cinema nos anos setenta.

José Fonseca e Costa deixa-nos aos 82 anos, deixando incompleto o seu novo filme, uma adaptação de *Axilas*, um conto do escritor brasileiro Rubem Fonseca.

Fica o importante legado cinematográfico, que conta com títulos como como *Sem Sombra de Pecado* (1983), *Balada da Praia dos Cães* (1986), *Cinco Dias, Cinco Noites* (1996) e *Kilas, o Mau da Fita* (1981), o seu filme mais famoso e um dos maiores êxitos de bilheteira da história do cinema português.

Vila Franca de Xira, 04 de novembro de 2015

A



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

AUGI CASAL DO CABREIRO – ALTO DE ARCENA – ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU tiveram há escassos dias uma reunião com proprietários de habitações na área na zona do Alto de Arcena, em Alverca do Ribatejo, designadamente na denominada AUGI - Área Urbana de Génese Ilegal, do Casal do Cabreiro, junto ao Casal da Carcaça. -----  
As pessoas transmitiram, fundamentalmente, quatro preocupações, e a primeira delas é alguma indefinição, por falta de informação, se as suas habitações fazem parte do alvará aprovado por esta câmara municipal. -----

Uma segunda grande preocupação é se a câmara municipal está no terreno a contactar esses proprietários, pois há informações dispersas e difusas, e nalguns casos até contraditórias. -----

Um terceiro grande aspeto são as dificuldades de associação da comissão ou funcionamento da própria comissão, que levam a que muitos comproprietários neste momento estejam entregues à sua própria responsabilidade. Não obstante o quadro legal que define que o interlocutor privilegiado deverá ser uma associação ou comissão de comproprietários, esta, na opinião que puderam recolher, manifesta algumas dificuldades de organização, levando a que as pessoas não estejam a par de todo o evoluir da situação. -----

Como quarto e último aspeto, continuam a subsistir muitas dúvidas, interrogações e preocupações relativamente aos encargos com a construção das infraestruturas, de quanto é que pode significar esse compromisso e contributo por parte dos comproprietários e qual será o “timing” para a realização dessas obras. -----

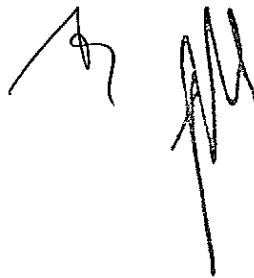
Designadamente, algumas pessoas destes lotes falaram e deram-lhes plantas, aliás nada diferentes daqueles que têm, e estão a falar particularmente das habitações que confrontam com o antigo reservatório de águas dos serviços municipalizados, na parte de cima da AUGI. -----

Neste sentido, solicitam que a câmara municipal tome em boa conta estas preocupações que chegaram aos eleitos da CDU, e possa, na medida do possível, e no mais curto espaço de tempo, ir ao local e falar com estes comproprietários, no sentido de se perceber o que subsiste em termos de dúvidas e das suas realidades individuais e, por outro lado, o que é que pode fazer no sentido de agilizar os



Deliberação nº

2/2



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
MERCADO DE ALHANDRA -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo-se ao mercado de Alhandra, não obstante as responsabilidades que muitas das vezes são partilhadas com as autarquias locais de freguesia, pois está hoje a falar do mercado de Alhandra, mas podia falar de outros mercados, como os membros da CDU o fizeram na anterior reunião de câmara. -----

Assim, fundamentalmente sobre o mercado de Alhandra, gostariam de saber que perspectivas tem a câmara municipal no sentido de reformular, para além da imagem, o aspeto da organização e conteúdo organizativo do próprio mercado, porque está carente de obras. Até antecipam, ou adivinham, que possam ser obras de alguma dimensão, mas não se pode continuar indiferente da forma que se está em relação à degradação deste mercado, que é útil à população de Alhandra, é estimado e frequentado pela mesma população, e deve ser defendido do ponto de vista da responsabilidade por parte da câmara municipal. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, cumprimentando todos os presentes e dizendo que a sua primeira questão é sobre o mercado de Alhandra, congratulando-se pela Coligação Democrática Unitária ter apresentado esta matéria, que já foi apresentada pelos membros da Coligação Novo Rumo há muito tempo, efetivamente sem resultado. Portanto, é de facto um bom princípio ouvir, do outro lado também, uma associação à maneira de pensar e estar dos membros da sua coligação. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que tanto uma bancada como outra colocaram esta questão, e considera que o esforço que se está a fazer em termos da requalificação dos mercados municipais é evidente. Aquilo que se está a fazer no Forte da Casa, como já se acabou de fazer em Vila Franca de Xira, eram obras absolutamente necessárias há muitos anos, que estão feitas. Para além disso, trata-se da revitalização dos próprios mercados, com outras ações, outras iniciativas que se têm procurado fazer. -----

O edifício do mercado de Alhandra não é da câmara municipal, como se sabe, e não se pode estar a comprometer que se faz isto ou aquilo, que se fazem estas obras ou outras, quando se é arrendatário, sendo que qualquer decisão a esse

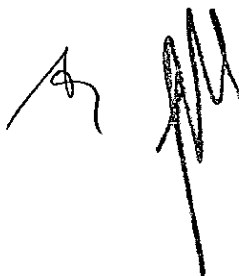




Reunião de 2015/11/04

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Tentar-se-á perceber, no quadro daquilo que é o contrato de arrendamento que existe e o protocolo que a câmara municipal tem, como é que esta matéria poderá evoluir, mas fica a pretensão. Verdade se diga que já não é a primeira vez que é colocada esta matéria, tanto por uma bancada, como por outra, mas cada um fica com a paternidade que quiser, já que aquilo que é necessário fazer é olhar, avaliar e tentar fazer.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

URBANIZAÇÕES DA QUINTA DA CRUZ DE PAU E DA MALVAROSA -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, reportando-se às urbanizações da Quinta da Cruz de Pau e da Malvarosa, dizendo que os membros da CDU mais do que uma vez já colocaram estas questões, mas teimosamente, ou não, a câmara municipal continua sem dar a devida resposta. O que está em causa para a CDU não é outro objetivo que não seja defender o interesse das populações que compraram a sua casa e decidiram investir as suas economias no concelho de Vila Franca de Xira, e estão a falar de todos aqueles que optaram por viver na Quinta da Cruz de Pau e na urbanização da Malvarosa. -----

Assim, solicitam, e pensam que um mês será um tempo suficiente, que a câmara municipal forneça uma informação o mais circunstanciável e pormenorizada possível relativamente ao grau de incumprimento dos respetivos urbanizadores, e o que pensa fazer sobre esta matéria. De outra maneira são obrigados a concluir que a câmara municipal tem culpa, tem dolo sobre esta matéria, e é conivente com uma ilegalidade flagrante no que diz respeito ao incumprimento do contrato de urbanização. Quanto mais tempo passar, mais dificuldade financeira terá para resolver a questão, e o pior que poderá acontecer é deixar passar o prazo de garantia das garantias bancárias. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador Nuno Libório, provavelmente, talvez não tenha dito com intenção, mas quando usa a palavra dolo devia ter cuidado em fazê-lo, porque naquilo que compete à sua pessoa e às pessoas que o acompanham da bancada do PS, procuram ter uma postura absolutamente rigorosa, transparente e de grande honestidade. Portanto, não há dolo de coisa nenhuma, não há proteção. -----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que não foi com essa intenção que disse. --- Prosseguiu o Sr. Presidente, mencionando que o Sr. Vereador disse, disse-o claramente, e é preciso ter cuidado, quando se estão a esgrimir argumentos, de não utilizar determinado tipo de argumentação que nada tem a ver. Uma coisa é o Sr. Vereador dizer que "há muito tempo que esta situação devia estar resolvida", ou que "há muito tempo que os senhores podiam ter feito isto ou aquilo", mas estar a acusar o executivo PS de dolo não é aceitável, e está convicto que o Sr.



Vereador não quis, de facto, atribuir ao próprio e às pessoas que o acompanham que estejam a exercer o trabalho que fazem com dolo seja em que circunstância for. -----

Relativamente ao que interessa, tem havido um processo longo de conversas com a Caixa Geral de Depósitos e, como se sabe, e julga que o Sr. Vereador tem consciência disso, a questão do acionamento das garantias bancárias não é assim, mas a Caixa Geral de Depósitos nesta matéria tem-se torcido toda para que as verbas sejam canalizadas e disponibilizadas à câmara municipal para se avançar com as obras. -----

De qualquer modo, das últimas conversas que já se tiveram e das reuniões com os responsáveis da Caixa Geral de Depósitos, crê que é bem possível, através das garantias dadas, as obras da urbanização que ainda faltam fazer começarem ainda este mês. -----

No que diz respeito à Malvarosa, vai enviar, tanto a uma bancada, como a outra, aquilo que falta fazer e quanto custa, apesar de que ainda não se conseguiram apurar esses valores. Não é uma tarefa simples, mas esse trabalho está encaminhado e certamente a breve trecho a informação será dada. -----

Depois, também as obras da urbanização vão recomeçar este mês. A empresa tem tido problemas, como se sabe, complicados, estava num processo de revitalização, e a informação que tem é que esse processo foi concluído com sucesso, pelo que há questões financeiras que no passado se colocavam, e neste momento há mais condições para avançar com o trabalho que ainda falta fazer. -----

Inclusivamente ainda ontem passou para o Sr. Vereador António Oliveira um pedido da empresa que vai executar a empreitada, de um condicionamento de trânsito para fazer o arruamento que estava previsto ao pé do McDonald's e o estacionamento que estava ali previsto, mais alguns outros trabalhos que são necessários fazer e estão previstos serem feitos. -----

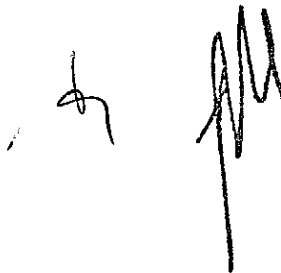
De qualquer modo, o Sr. Vereador fez um ultimato, que daqui a um mês quer informação sobre esta matéria. Não gosta muito de ultimatatos, mas naturalmente que àquilo que é pedido a câmara municipal tem que tentar corresponder, e vai fazê-lo. -----



Reunião de 2015/11/04

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Desta forma, voltam a pedir hoje novamente a listagem dos pedidos de isenção de taxas que não são do conhecimento do órgão câmara municipal. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

TÚNEL DA A1 NA ZONA DA ESTRADA DAS AREIAS - VIALONGA -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que ainda há pouco teve oportunidade de passar no túnel da A1, na zona da estrada das Areias, e mais uma vez está alagado. Daquilo que os membros da CDU perceberam e das informações que têm vindo a recolher, de facto aquilo acontece porque a drenagem que é feita na A1 faz com que a água fique ali completamente em lago, e o que pedem é que a câmara municipal faça sentir, junto da Infraestruturas de Portugal, ou de quem tem a responsabilidade da zona, que aquilo não pode continuar. É muito perigoso circular naquela estrada, não se consegue ver em absoluto, acontecem vários casos de despiste, pelo que apelam a que a câmara municipal veja se se consegue resolver a situação. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que o Sr. Vereador António Oliveira falará sobre esta questão. -----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, referindo que efetivamente, em relação à passagem inferior de acesso à autoestrada na zona da reta de Vialonga, assim como a passagem inferior à entrada de Vila Franca de Xira, foram preocupações transmitidas à Infraestruturas de Portugal numa reunião que o Sr. Presidente e o próprio tiveram há uns tempos, no sentido de que, sendo da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, a mesma fosse reparada. -----

Das informações que tem da Infraestruturas de Portugal, e houve algumas insistências, uma delas foi exatamente aquela que recebeu ontem, e que vai dizer sem ficar gravado. -----



Falou também em relação à história que já se está cansado de ouvir, e o próprio já escreveu, pela câmara municipal, relativamente aos célebres cerca de 100 metros em frente ao Lidl, à entrada de Vila Franca de Xira, quando se vai para o hospital. Remeteu novo ofício, com fotografias, agora no período de inverno, para a Infraestruturas de Portugal ver exatamente aquilo que já sabe e está farta de saber. Já apontou algumas soluções, no sentido que a câmara municipal o faria em conjunto, e está aberta a essa solução, mas foi exatamente aquela a resposta que obteve. -----



Reunião de 2015/11/04

Deliberação nº

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, referindo que tomou a devida nota, e ir-se-á verificar exatamente o que se pode fazer ali. No entanto, aquela estrada para o Cabeço da Rosa tem efetivamente muito tráfego, principalmente também de manhã, pois muitos vão para o acesso à autoestrada.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ESPAÇO DO ATL DA ESCOLA DO CABO - VIALONGA -----

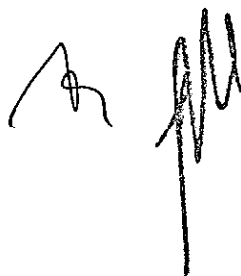
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que os membros da CDU gostariam, mais uma vez, de pedir à câmara municipal para se resolver rapidamente o espaço que está destinado ao ATL da escola do Cabo, em Vialonga, porque os meninos do ATL desta escola continuam a estar num espaço que não tem as condições necessárias. -----

Por enquanto a situação vai-se mantendo e resolvendo, porque se está ainda no início do ano letivo e crê que o espaço é utilizado apenas por cerca de 10 crianças, mas se houver mais inscrições não é o suficiente. Assim, gostariam de perceber para quando é que a câmara municipal vai resolver esta situação, uma vez que foi uma coisa assumida pela mesma com o agrupamento de escolas e a associação de pais das escolas de primeiro-ciclo de Vialonga. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vice-Presidente falará. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, referindo que, como se sabe, a câmara municipal resolveu um problema que a associação de pais de Vialonga tinha naquela escola, uma vez que tinha um problema com um monobloco que lá estava, por ela arrendado, que representava um custo bastante grande. Com as obras de fundo que foram feitas na escola do Cabo foi possível libertar dois pequenos monoblocos, que foram entregues à associação de pais, no sentido de poder ali utilizar ou instalar o ATL. -----

Neste momento o número de crianças do ATL é mesmo muito reduzido, são cerca de 7, a associação de pais ainda não viu necessidade de juntar os dois monoblocos, mas já há muitas semanas que sabe que, quando considerar necessário juntar os dois monoblocos para transformar num só, basta pedir autorização, que a câmara municipal autoriza com toda a facilidade. Não há nenhum tipo de dúvida sobre esta matéria, espera-se que o ATL venha a ter mais crianças. Se tiver, a associação de pais há de sentir essa necessidade e resolver o problema, como aliás está combinado desde o início. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ENCERRAMENTO DA EXPOSIÇÃO DO MAESTRO MÁRIO COELHO - CONGRATULAÇÃO-

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que pretende deixar uma congratulação pelo encerramento da exposição do Maestro Mário Coelho, em que diria que a exposição começou bem e ainda acabou melhor. Foi uma excelente exposição, que segundo julga saber teve mais de 10 000 visitantes, e pensa que dignificou e honrou a câmara municipal. Nessa dignificação quer englobar os trabalhadores da câmara municipal que a puseram em pé, como também o seu executivo e todos os vereadores, que também contribuíram, ou com críticas ou sugestões, para o seu elevado desempenho. -----

Saúda também o Maestro Mário Coelho, por ter proporcionado esta exposição, de grande qualidade, e deseja que a próxima, se não for melhor, pelo menos que seja igual, mas espera que seja melhor.-----

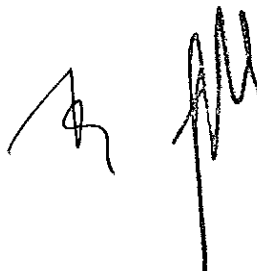
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vereador Aurélio Marques falou desta exposição, e efetivamente a exposição da evocação de José Falcão foi boa, esta também foi muito boa, e não vai fazer comparações, sendo que aquilo a que todos se habituaram foi a ter exposições de grande nível, de grande qualidade. -----

Está convicto que cada personalidade é uma personalidade, cada toureiro é um toureiro, tem as suas características próprias, e a câmara municipal está a preparar com todo o cuidado a homenagem que se está a fazer a José Júlio, para que também seja um grande momento de afirmação da tauromaquia, que José Júlio bem merece, pois se calhar nem tem sido o mais acarinhado.-----

Julga que vai ser também um grande momento, e fica satisfeito que o Sr. Vereador diga que gostou, porque, de facto, todos trabalham para a promoção de Vila Franca de Xira, da sua identidade e cultura, e pensa que esta exposição foi um momento de grande afirmação.-----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata " 026

Reunião de 2015/11/04

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ILUMINAÇÃO NA ZONA DO CAIS E ENVOLVENTE – VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que gostaria de trazer uma situação que vários munícipes ou fregueses de Vila Franca de Xira têm feito chegar, e referindo que julga que em tempos, não diz remotos, mas há um bocadinho, levantou em reunião a questão, que é a da iluminação na zona do cais e envolvente. Durante o verão ainda disfarça, mas como vêm aí tempos chuvosos e de inverno, faz a sugestão à câmara municipal para analisar esta situação da iluminação, ou uma melhor iluminação na zona do cais de Vila Franca de Xira.-----

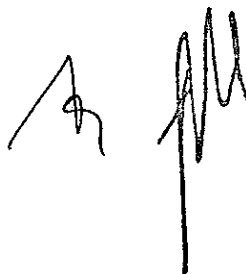
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que se verá se é possível fazer ali a breve trecho o reforço da iluminação pública. -----



Reunião de 2015/11/04

Deliberação nº

A Srª Vereadora não tem acompanhado as reuniões, mas certamente ouvirá que as reuniões de câmara, por vezes, são muito vibrantes, e não vem mal ao mundo, naturalmente. No entanto, para além dessa vibração, trata-se de coisas muito importantes para o bem-estar e a qualidade de vida dos munícipes, que é para isso que os eleitos estão presentes, sendo que espera que seja um momento muito gratificante para a Srª Vereadora, e que se repita.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

TRIBUNAL DO COMÉRCIO – VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, referindo-se ao Tribunal do Comércio, em Vila Franca de Xira, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber onde é que se prevê a instalação deste tribunal. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que não consegue dizer muito mais do que já disse em momentos anteriores, sendo que da última vez que falou com a Srª Presidente do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, a mesma referiu-lhe que efetivamente havia conversações com o proprietário do Vilafranca Centro para o Tribunal do Comércio lá se instalar. Assim, até prova em contrário é isto que está a ser desenvolvido.-----

Tem só uma retificação a fazer à Srª Vereadora Ana Paula Bayer, pois não é à câmara municipal que compete resolver aquilo que o Ministério da Justiça devia ter resolvido, porque efetivamente há uma portaria, e nem crê que a anterior Srª Ministra da Justiça fosse a mais culpada no meio de tudo, na medida em que foi feito um plano, foi o mapa judiciário, que se pode contestar e contesta, mas o que é um facto é que foram criadas determinadas metodologias de trabalho, que depois tinham que ser desenvolvidas a um nível intermédio. -----

Esse nível intermédio provavelmente não terá informado a Srª Ministra e o Sr. Secretário de Estado, na altura, que efetivamente o Tribunal do Comércio era e é exigível que venha para Vila Franca de Xira, mas não se cuidou convenientemente de saber se Vila Franca de Xira tinha condições de espaço para o acolher.-----

Pensa que era possível ter encontrado soluções, não foi para aí que se caminhou, mas está convicto, pelas reuniões que tem tido, que o Tribunal do Comércio vem para Vila Franca de Xira, e que é ao Ministério da Justiça que cabe, com a colaboração, mediação e aquilo que a câmara municipal puder fazer, encontrar essas mesmas soluções, sendo isso que se está a fazer. Agora, não se pode exigir que seja a autarquia a fazer uma coisa que não é a sua competência. A competência é do Ministério da Justiça, e com maioria de esquerda ou sem esquerda, ou seja quem vier, é de reclamar que este problema seja resolvido. É nesse sentido que vai reclamar junto de quem vier, e é isso que pode dizer. -----



Reunião de 2015/11/04

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
 CONTENTOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NA RUA MÁRTIR SANTO FUTEBOL  
 CLUBE - QUINTA DA COUTADA – VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio a Sr<sup>a</sup> Vereadora Ana Paula Bayer, questionando, sobre a Quinta da Coutada, na rua Mártir Santo Futebol Clube, em Vila Franca de Xira, onde existe um contentor de resíduos sólidos urbanos com uma tampa partida há já largas semanas, se é possível resolver esta questão.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vice-Presidente tomou boa nota.-----



Reunião de 2015/11/04

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
PONTO VERDE NA RUA CAMILO CASTELO BRANCO – BOM RETIRO – VILA FRANCA DE  
XIRA -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, dizendo que no Bom Retiro, em Vila Franca de Xira, na zona da escola Vasco Moniz, na rua Camilo Castelo Branco, não há nenhum ponto verde, o que se torna complicado para os estabelecimentos comerciais, pelo que os membros da Coligação Novo Rumo questionam se há essa possibilidade.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vice-Presidente tomou boa nota desta questão.-----



Reunião de 2015/11/04

Deliberação nº

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que vai ver como está o requerimento, que foi apresentado em agosto, e de facto já era exigível estar a resposta na mão dos Srs. Vereadores.-----



Reunião de 2015/11/04

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DE ACESSIBILIDADE – IMPLEMENTAÇÃO DE  
ROTUNDAS A SUL DO CONCELHO -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, cumprimentando todos os presentes, começando por uma situação a sul do concelho, relacionada com as propostas que os membros da Coligação Novo Rumo apresentaram, que é a resolução dos problemas de acessibilidade, nomeadamente a implementação das rotundas a sul do concelho, quer na zona que liga a Santa Iria da Azóia, quer eventualmente na zona da Solvay. Apresentaram essa proposta, o executivo municipal ficou de avaliar, e até hoje não sabem nada sobre quais são as intenções que tem sobre esta matéria.-----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que, efetivamente, esta foi uma matéria que o Sr. Vereador Rui Rei colocou, e da análise que o executivo municipal fez concluiu-se que era uma necessidade, mas uma necessidade é uma necessidade, uma concretização é outra coisa. Não está esquecido, e tentar-se-á resolver o mais depressa que se puder.-----

A



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

MURO DA URBANIZAÇÃO SOLAR DAS MARINHAS – PÓVOA DE SANTA IRIA-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que o executivo municipal trouxe a reunião de câmara uma proposta para fazer o muro da urbanização Solar das Marinhas, na Póvoa de Santa Iria, que era para começar durante o verão, mas começou em outubro, está a decorrer, e o próprio chama à atenção que metade do jardim que está dentro da zona de suporte onde neste momento se está a construir o muro está a ser destruída para o construir. -----

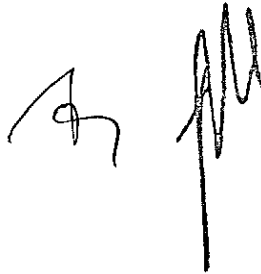
Pergunta se a câmara municipal tem verdadeira consciência disto, porque está lá uma máquina a tirar quase metade do talude para construir o muro, deitou abaixo quase metade do espaço verde que ali está, cortou algumas árvores e os arbustos que ali estão, e presume que se poderia construir o muro sem fazer aquele nível de estragos que ali está a ser efetuado.-----

Gostaria de ver a contratação feita a esta empresa, se implica a reposição do que está a ser destruído, e se os espaços verdes da câmara municipal têm o levantamento feito do que está a ser retirado, que a seguir tem de ser efetivamente repostos. Chama à atenção, porque é bom não esquecer que existe um regulamento no concelho de Vila Franca de Xira que impõe um conjunto de regras ao desbaste, ao abate de um conjunto de árvores, e convinha que fosse para respeitar. Se não é para respeitar, então os membros da Coligação Novo Rumo vão trazer uma proposta de revogação do mesmo, porque não vale a pena, e já não é a primeira vez que as juntas não respeitam regulamento nenhum. -----

O Sr. Presidente já disse que tem vindo a perdoar coimas quando, do ponto de vista que têm, não compete ao presidente da câmara perdoar coimas, compete à câmara municipal analisar. Portanto, efetivamente gostariam de saber o que se passa, e já agora gostariam de saber se, na sequência dessa adjudicação do muro, se vai prolongar a iluminação pública, como ficou estabelecido e, depois, como é que a câmara municipal pensa fazer todo o resto da reabilitação, nomeadamente as pinturas da EN10, que é responsabilidade da câmara municipal. -----

Aqui não podem atribuir culpas, nem ao atual Governo, nem ao que eventualmente virá daqui a 10 dias, que não sabem bem se virá ou não com o salário mínimo que era para ontem, mas afinal agora já é para 4 anos. Dos “fascistas” esperava tudo,





dos “homens de esquerda” é que já fica um bocadinho preocupado, mas atento e vigilante.-----

Portanto, gostaria de pedir informação face a esta matéria.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que foi feita uma empreitada onde foram colocadas várias questões. A empreitada está disponível para o Sr. Vereador analisar, ou alguém que indique para analisar nesse processo, estando no mesmo claramente referido aquilo que é a obra, a construção do próprio muro, e a reposição daquilo que é o jardim que está danificado. Por outro lado, houve o cuidado, e também vai fazê-lo chegar ao Sr. Vereador, por parte dos serviços da Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público, de fazer um levantamento dos arbustos, das árvores que lá estavam, e algumas foram retiradas com cuidado, para serem depois replantadas no mesmo local. Outras não tinham sentido continuar, porque às vezes era um grande emaranhado, e agora convém uma nova perspetiva paisagística da zona.-----

De qualquer modo, tudo o que foi retirado foi acondicionado para depois ser, ou transplantado ali, ou noutra local, e a empreitada tem em vista, justamente, a reposição da zona ajardinada, como não podia deixar de ser.-----

Contudo, fez bem o Sr. Vereador ter levantado a questão.-----

O Sr. Vereador António Oliveira interveio, referindo que em relação à iluminação pública, efetivamente, quando as questões são levantadas, são pensadas posteriormente, e conhecem-se perfeitamente, sendo que a nível da iluminação pública, como é hábito, a EDP questiona a câmara municipal, mediante os projetos que entende desenvolver em 2016, para a colocar na sua planificação.-----

Efetivamente já se fez chegar essa preocupação à EDP, tanto na rotunda da Bolonha, para o lado do Solar das Marinha, encarando-se para ali um reforço da iluminação, como na reta da ADP, o que já foi também falado, com o qual a câmara municipal concorda. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Fl. Ata 035

Reunião de 2015/11/04

Proc<sup>9</sup>

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
 PROPRIETÁRIO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO À ENTRADA DA CIDADE - VILA  
 FRANCA DE XIRA-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo, sobre a cidade de Vila Franca de Xira, que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber quem é efetivamente o proprietário do parque de estacionamento à entrada da cidade, entre os bombeiros voluntários e o centro de saúde de Vila Franca de Xira. Quem é o dono daquele terreno, para poderem efetivamente ter uma opinião sobre esta matéria? -----



Deliberação nº

Neste caso, é trabalhar pelo seu bairro e através do desporto, e pensa que a câmara municipal deveria efetivamente apoiar este trabalho, que é meritório.-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 037

Reunião de 2015/11/04

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

RELAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL COM A COOPERATIVA PROMOCASA-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que gostaria de perguntar qual é o ponto de situação da relação da câmara municipal com a cooperativa Promocasa, saber se ainda existe, se não existe, se ainda recebe aqueles milhares de euros para fazer manutenção dos bairros sociais e, depois, saber pontos de situação de cedências de terrenos para construir casas de habitação social, que depois, nalguns casos, não foram bem casas de habitação social. -----

Portanto, os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber efetivamente qual é o ponto de situação da relação entre a câmara municipal e a Promocasa. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que esta é uma situação que não é fácil, e também tem consciência que se têm de analisar os protocolos que a câmara municipal celebrou, e o trabalho que está a ser desenvolvido.-----

Infelizmente o movimento cooperativo de habitação neste país deixou de ter a pujança que teve num determinado contexto, com grande pena, porque ajudou a resolver muitas questões de habitação no país, inclusivamente também em Vila Franca de Xira. Sempre foi muito acarinhado por vários executivos desta câmara municipal, na consciência e nos princípios, nos critérios e nos modelos de aquisição de casa a custos controlados. Porém, hoje, tendo em vista as grandes dificuldades que todos atravessam, a que não foge a Promocasa, é necessário fazer o ponto da situação e é o que se tem vindo a fazer, com a Srª Vereadora Fátima Antunes. -----

Assim, quando se tiver já este trabalho feito será disponibilizado aos Srs. Vereadores, e tomarão, certamente todos, as decisões que se vierem a verificar ajustadas. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata " 038

Reunião de 2015/11/04

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

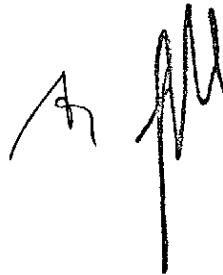
Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ENCERRAMENTO DO RINGUE E DO POLIDESPORTIVO DA CALHANDRIZ -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que termina a sua intervenção a colocar duas questões entre a Calhandriz, o Sobralinho e Alverca do Ribatejo, estando a primeira relacionada com aquilo que os membros da Coligação Novo Rumo levantaram há duas reuniões de câmara atrás, o encerramento do ringue e do polidesportivo na Calhandriz, que afinal não era da junta de freguesia, era da comissão de festas. Afinal, quem gere o lugar da Calhandriz, o que também pensa que se resolve em 10 dias, e a Calhandriz passa a ser freguesia rapidamente, pois deve fazer parte do acordo, é a comissão de festas, porque, rapidamente, o Partido Comunista veio dizer que não era assim. -----

Contudo, era assim a informação que estava a ser dada na junta de freguesia, e pelos trabalhadores da junta, que com certeza não tomaram a iniciativa de dar aquela informação. Até achou estranho que a própria junta viesse colocar as culpas nos seus trabalhadores, pois não acredita que nenhum trabalhador da Junta de Freguesia de Alhandra, Vila Franca de Xira ou da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, tome a iniciativa de informar sobre uma situação se não tiver recebido instruções para o fazer. Antigamente a culpa foi do eletricitista, agora é de um conjunto de trabalhadores, "malandros", que foi o que disse o Partido Comunista, que estavam a informar mal as pessoas. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo levantaram este assunto, e neste sentido pergunta à câmara municipal se já sabe como está a relação de cedência deste polidesportivo, porque as relações entre a câmara municipal e as juntas de freguesia têm duas vias, uma via para receber e uma para dar. A partir do momento em que se assina um contrato interadministrativo ou se faz uma cedência, as entidades não passaram a ser donas. Se bem os presentes se lembram, e lembram-se com certeza, veio a reunião de câmara um secretário ou membro da junta de freguesia, utilizar o espaço do público para falar de problemas de Vila Franca de Xira, e os presentes recordam-se que falou de um problema que existiu lá em cima, junto da feira, uma instituição a quem tinha sido cedido, mas que entretanto tinha decidido concorrer ao orçamento participativo para fazer uma obra a bem da população, mas entretanto os "malandros" não tinham informado a



junta de freguesia, e a obra não podia ser feita. Neste sentido, pergunta se isso não se aplica na Calhandriz. Então mas a junta não tem que reportar à câmara municipal? Não tem que informar a câmara municipal como é que está a funcionar o dinheiro público? Depois, há mais, assiste todos os dias a dizer-se que dinheiro não é problema, que têm é que se dar equipamentos às pessoas, mas depois assiste-se é ao fecho de parques infantis e equipamentos todos os dias, e considera que isto não pode ser. -----



Pretendem pois saber o ponto de situação da cedência destes equipamentos, e querem, saber mais uma vez, como está a funcionar o acordo entre a câmara municipal e as juntas. Se é para dar 1 000 000,00€ a algumas juntas de freguesia, para gastarem com o aparelho, então acaba-se com o contrato interadministrativo e faz-se uma folha em branco, em que se diz “tomem lá 1 000 000,00€ e gastem como quiserem”. Os próprios não vão votar, efetivamente, mas os Srs. Vereadores dão como quiserem, formam uma maioria de esquerda, apesar de que de esquerda são os membros da Coligação Novo Rumo, mas formam uma maioria à direita, e dão o dinheiro. Contudo, não se quer juntar a essa maioria negativa, só faz coisas positivas, não vai dar um cheque em branco de 1 000 000,00€ para depois não se terem os jardins tratados ou o espaço público arranjado, até porque, como se diz por aí, fascista é o próprio. -----

Dos fascistas espera-se tudo, mas dos homens de esquerda com coração não, espera-se que tratem bem das coisas, das pessoas, das crianças, dos mais idosos, dos mais velhos. No entanto, a verdade é que nas tomadas de opção vão sempre aos mais fracos, aqueles que não estão organizados, nem se conseguem manifestar, e é esta a questão. -----

Por acaso, já tem dito ao seu filho e ao seu sobrinho que eles têm que começar a ter opinião, a chegar à escola e a todos os lados e darem a sua opinião sobre o espaço em que vivem. Felizmente começam a ter opinião, e pouco lhe importa se são de esquerda ou de direita. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que aqueles professores e educadores vão ficar baralhadíssimos. -----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que é a loucura, que no verão discutiam política, e é interessantíssimo fazer isso, mas o que diz ao Sr. Presidente é que é muito

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 040

Reunião de 2015/11/04

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

interessante, pois o próprio é do Sporting, o seu filho é do Porto, e a sua esposa é do Benfica. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que um deles está sempre feliz. -----

O Sr. Vereador interveio, dizendo que existe a pluralidade ali dentro, pelo que não há nenhuma questão. Obviamente que às vezes custa, mas é da vida, é assim. -----

Prosseguiu, referindo que aquilo que os membros da Coligação Novo Rumo querem saber é efetivamente o ponto de situação dos contratos interadministrativos, aplicando-se às juntas de freguesia o que se aplica aos outros parceiros da câmara municipal. Com o dinheiro, que é das juntas de freguesia por direito próprio, podem fazer o que entenderem e têm que responder aos seus cidadãos. Com o dinheiro que vai da câmara municipal para lá, têm que reportar à câmara municipal. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo não podem estar a fazer de conta que ouviram um conjunto de situações, em que afinal não há dinheiro porque foi o problema da junção de freguesias que o Partido Comunista e o Partido Socialista aprovaram, e não é verdade, porque o dinheiro que recebem hoje é exatamente igual ao que recebiam o ano passado e exatamente igual ao que recebiam no ano anterior. Portanto, se não têm dinheiro é porque não gerem bem. A questão é esta. Desta forma, termina com uma palavra de grande esperança, e espera que de hoje a 15 dias, na próxima reunião de câmara, haja já notícias de um grande movimento de regeneração positiva do país, com grande acordo, onde todos os problemas que foram levantados na última reunião de câmara e têm vindo a ser levantados nas últimas reuniões de câmara serão efetivamente resolvidos. -----

Perguntou o Sr. Presidente se a câmara municipal vai ter alguma influência nisso, ao que o Sr. Vereador Rui Rei respondeu que não tem a mais pequena dúvida. Não tem dúvida nenhuma que o Sr. Presidente, através da ex-presidente de câmara, terá toda a influência do mundo, até porque ouviram, em reunião de câmara, durante anos, a falar de alguns problemas e a defender os autarcas. O Sr. Presidente recorda-se, e o próprio espera que quem ocupe alguns cargos não seja contaminado pelos vírus da administração central, o que infelizmente acontece muitas vezes. -----

Assim, com o Partido Socialista, acompanhado pelo Partido Comunista e pelo Bloco de Esquerda, ou seja, pelo Bloco de Esquerda e Partido Comunista, pensa que uma

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

boa parte dos problemas será resolvida, e faz só uma ressalva, a ser verdade o que ouviu sobre o salário mínimo, já estão a faltar à verdade ao povo. -----  
Seria demagógico dizer que se vai aumentar o salário mínimo já amanhã, tem que ser daqui a 4 anos, aí já há uma variante, e espera é que não existam muitas, e que dentro de 15 dias se possa ter já uma visão diferente, e com certeza uma boa parte dos problemas estará resolvida, porque a partir daí dinheiro não será efetivamente problema, como não foi noutros países, incluindo na Grécia. -----  
Interveio ainda o Sr. Presidente, dizendo que aquilo que pode dizer quanto ao encerramento do polidesportivo é que, de facto, há que clarificar, na medida em que, como já referiu na anterior reunião onde esta matéria foi colocada, havia ou há, e para o próprio há, um protocolo celebrado com o clube. O clube geria o polidesportivo e, por um lado, tinha o benefício das receitas que daí advinham, e por outro fazia o controlo e a segurança das instalações. Pensa que havia um bom pacto de cooperação, e foi nesse sentido que a câmara municipal o fez na altura, pois se encontrar soluções deste tipo, se calhar fica melhor servida. -----  
A câmara municipal não chega a todo o lado, as juntas supostamente também não, pelo que às vezes trata-se de criar experiências com o movimento associativo, o que já se fez em outros momentos e tem corrido bastante bem. -----  
É aquilo que pode dizer, para si esse protocolo é que deve ser considerado, de qualquer modo, como o clube teve um espaço temporal sem direção, agora valerá a pena retomar esta matéria e esclarecer tudo isto, que é um "bocadinho" desconfortável. A junta diz uma coisa, os trabalhadores certamente que não dizem nada que não seja indicado pela junta de freguesia, e não está a ver os trabalhadores estarem a dar informações contrariando instruções que têm da junta. É necessário esclarecer, e sobretudo pôr aquele polidesportivo à disposição da população, pois para isso é que foi construído. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





Reunião de 2015/11/04

Deliberação nº **643**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata nº 22/2015, da reunião de câmara de 2015/10/07, não tendo participado na votação a Srª Vereadora Diana Serpins, por não ter estado presente. -----




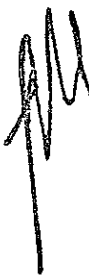
Reunião de 2015/11/04

Deliberação nº **643-A**



Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE  
 RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO DE UM  
 POSTO DE TRABALHO NA CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR, ÁREA DE  
 CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO, RESERVA DE RECRUTAMENTO -  
 RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL - SMAS-----

Presente o processo instruído com deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em 2015/10/14, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da remessa à assembleia municipal para aprovação do recrutamento excecional da candidata classificada em 3º lugar, Cristina Maria Amaral Aurélio (por desistência da candidata classificada em 2º lugar) na lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, na categoria de técnico superior, área de contabilidade e administração. -----

Deliberado, por unanimidade, remeter à assembleia municipal para aprovação do recrutamento excecional.

1. Assunto: MERCADO RETALHISTA DE VILA FRANCA DE XIRA – ALTERAÇÃO DE TITULARIDADE DOS LUGARES NºS 31 E 32 DA PLACA 1 – JORGE MIGUEL MARQUES PAULINO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 197/15, de 09/10, do GAMA-OLAB, para aprovação da alteração da titularidade dos lugares nºs 31 e 32 do mercado retalhista de Vila Franca de Xira, por óbito do titular, Manuel Paulino, para o nome do filho, Jorge Miguel Marques Paulino. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 197/15, de 09/10, do GAMA-OLAB, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: MERCADO RETALHISTA DE ALHANDRA – EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A TRANSMISSÃO DA LOJA Nº 10 – JOSÉ LUÍS REIS DE OLIVEIRA  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 196/15, de 09/10, do GMAE, para aprovação do não exercício do direito de preferência, para a concretização da transmissão da posição do arrendatário da loja nº 10 do mercado retalhista de Alhandra, José Luís Reis de Oliveira, para Ana Filipa Henriques Nunes, com alteração do ramo de atividade.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 196/15, de 09/10, do GMAE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata \* 046

Reunião de 2015/11/04

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 5188/15, de 26/10, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2015/10/12 e 2015/10/23. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 5188/15, de 26/10, do DGAFJ/DRH, e mapa, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Reunião de 2015/11/04

Deliberação nº

Assunto: LEGISLAÇÃO-SÍNTESE E EDITAIS -----

Foi dado conhecimento do que de seguida se indica: -----



1. Dos diplomas publicados em Diário da República com interesse para a administração local: -----

Decreto-Lei nº 246/2015, de 20 de outubro, I série, referente à primeira alteração à Lei nº 90/2009, de 31 de agosto, que institui o regime especial de proteção na invalidez, e terceira alteração do Decreto-Lei nº 265/99, de 14 de julho, que cria o complemento por dependência; -----

Acórdão do Tribunal Constitucional nº 949/2015, de 22 de outubro, I série, que declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas que conferem aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração pública legitimidade para celebrar e assinar acordos coletivos de empregador público, no âmbito da administração autárquica, resultantes do artigo 364º, nº 3, alínea b), e do nº 6, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho. -----

2. Dos editais publicados entre 2015/10/19 e 2015/10/30, que constam da lista anexa, a qual se dá por inteiramente reproduzida nesta parte da ata. -----

Tomado conhecimento, \_\_\_\_\_



1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente, pelo Sr. Vereador António Félix e pelo Sr. Vereador António Oliveira, no período compreendido entre 2015/10/15 e 2015/10/28, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
3. Informações/pareceres:-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 34º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----  
-----
6. Propostas:-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata \_\_\_\_\_ **049**

Reunião de 2015/11/04

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

1. Assunto: BALANCETES -----  
-----
2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----  
Câmara Municipal:-----  
Dotações Orçamentais-----22 228 070,14€  
Dotações não Orçamentais----- 1 951 232,42€  
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----  
Dotações Orçamentais ----- 4 813 151,95€  
Dotações não Orçamentais ----- 751 938,49€  
-----
3. Informações/pareceres:-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----  
-----
6. Propostas: -----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



*[Handwritten signature]*

1. Assunto: PROJETO DE REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E PREÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2016 – CONSULTA PÚBLICA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 75/15, de 28/10, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação da submissão a consulta pública nos termos do artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo, do projeto de Regulamento e Tabela de Taxas e Preços da câmara municipal para 2016.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 75/15, de 28/10, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que sobre a Tabela de Taxas e Preços é de registar com muito agrado, o que os membros da CDU sublinham, a manutenção das taxas e preços para 2016, o que é um dado importante, em situação de crise de muitos municípios, e é uma boa notícia.-----  
Irá dizer o sentido de voto, e depois pede permissão ao Sr. Presidente para desenvolver duas ou três questões que já levantaram, sendo que o sentido de voto neste ponto é a favor.-----  
Depois, a exemplo do ano passado, gostaria de relembrar algumas preocupações que tinham relacionadas com os equipamentos desportivos. Entendem que estas taxas e preços poderiam e deveriam até ser revistas e reduzidas, porque sabe-se que algumas coletividades se queixam que os valores são elevados. Não quer dizer que sejam exagerados, mas são elevados, e entendem que a câmara municipal, o Sr. Presidente e o seu executivo, poderiam e deveriam discutir os critérios de apoio ao movimento associativo, nestes casos dos equipamentos.-----

A



Sabem, é justo dizê-lo, que há isenções para masculinos, até juniores, e femininos, até seniores, no desporto federado e no INATEL, salvo erro ou omissão, mas o desporto no concelho não é só para federados e do INATEL. Há outro tipo de praticantes, e era importante deixar estas preocupações ao Sr. Presidente e ao seu executivo, no sentido de analisar a situação e ver o que é possível fazer. -----

Gostariam também que todos os pedidos de isenção, aceites ou não, que constam e são permitidos no regulamento, viessem a reunião de câmara. -----



Eram estas as questões que de uma maneira geral o próprio já levantou no ano passado, não tiveram o acolhimento da câmara municipal, e esperam que durante o decorrer de 2016 haja algo de boa notícia, ou então no próximo ano. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo têm três dúvidas, que são três aumentos. Em primeiro lugar, há em três casos aumentos de 22%, 14% e 10%, e gostavam de saber porque é que se distingue e porque é que se diferenciam, nesta Tabela de Taxas e Preços, o aluguer das salas, que antigamente era só um, entre as salas, genericamente, e o aluguer das salas da Fábrica das Palavras, face às restantes salas polivalentes. Portanto, gostavam de perceber como é que se chega a estes valores. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que esta matéria não existia, são coisas novas.--  
O Sr. Vice-Presidente interveio, questionando qual é a pergunta, pois não percebeu. -----

Respondeu o Sr. Presidente que é a relação entre o valor que hoje existe de aluguer de salas, para os valores que agora estão consagrados nesta tabela relativamente à Fábrica das Palavras. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, esclarecendo que é o artigo 32º, relativo às bibliotecas municipais, dizendo que o valor passa de 14,90€, para 18,22€, nem é 18,00€. Há questões em que se poderia começar a facilitar, pois nem é 15,00€, nem no outro lado é 18,50€, nem 18,20€, é 18,22€ e o outro era 14,90€, dando um aumento de 22%. No ponto 2.2, após as 19h00, um valor é 27,44€, passando para 30,22€, um aumento de 10%. No ponto 2.3, o valor passa de 39,66€, e podia ser 40,00€, para 45,17€, e podia ser 45,00€, o que facilitava os trocos, sendo aqui um aumento de 14%. No ponto 2.4, para as escolas do pré-escolar e primeiro-ciclo do ensino básico, os membros da Coligação Novo Rumo estão de acordo, pois

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ~ **052**

Reunião de 2015/11/04

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

continua a ser grátis. A diferença é esta, e gostariam de perceber porquê. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que o valor é um preciosismo técnico, é aplicada a fórmula e é este o valor que dá. -----

Prosseguiu, referindo que pensa que são matérias novas, o que lhe foi confirmado, e foram consideradas justamente porque se está a falar de equipamentos com outras características, diferentes dos anteriores. Há gastos, em termos de equipamentos, iluminação e uma série de fatores, que nas outras salas que se têm não existem, e sobre estas questões há que ter algum cuidado, pois nada é igual, tendo o Sr. Vereador Aurélio Marques, e recuperando aquilo que a CDU disse, defendido a gratuidade da utilização dos equipamentos. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que não disse isso. -----

O Sr. Presidente interveio novamente, perguntando então o que é que é para ser gratuito. -----

Respondeu o Sr. Vereador Aurélio Marques que na sua intervenção nunca defendeu a gratuidade dos equipamentos desportivos, estava era a dizer que os membros da CDU se queixavam dos valores, não defenderam a gratuidade. -----



O Sr. Presidente interveio, pedindo desculpa, porque percebeu mal, e mencionando que efetivamente há algum avanço no pensamento, porque no passado, quando se discutiam estas matérias, diziam que tudo tinha que ser gratuito. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que daquilo que se lembra não. --

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, dizendo que foi o D. Afonso Henriques. -----

Respondeu o Sr. Presidente que nem é preciso “puxar” o D. Afonso Henriques, é muito mais contemporâneo, e até davam exemplos de outros municípios onde tudo é gratuito e, de facto, é. Porém, estas coisas não podem ser para já. Não sabe se num dia de grande abundância, que não sabe quando virá, a câmara municipal conseguirá reduzir, anular ou tornar tudo gratuito. Agora, que a CDU já o defendeu, defendeu, é só ir às atas e ver. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que não defendeu a gratuidade, só disse que era para se analisar com estas coletividades a possibilidade de redução das taxas, que poderiam ser revistas. Foi o que disse, e está na ata. Nunca ouviu a CDU dizer isso, mas admite, pois às vezes vem com um bocadinho menos de acuidade auditiva. -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que regista com agrado, porque não percebeu, e pede desculpa ao Sr. Vereador, sendo que efetivamente a posição é de equilíbrio, ou seja, não se conseguem ter todos estes equipamentos abertos sem que haja alguma contribuição dos utentes. Não é possível, e não sabe se é ilegal, sendo que se podem trazer propostas a reunião de câmara, que não podem contrariar a lei, naturalmente, e já se têm trazido imensas propostas, no sentido de isentar ou diminuir as taxas.-----

Aquilo que o Sr. Vereador diz é uma situação que se poderá vir a avaliar, mas também lhe quer dizer, no que diz respeito aos escalões de formação, que a câmara municipal teve sempre uma grande preocupação das taxas, ou serem quase nulas, ou quase simbólicas, e, ao contrário do que acontecia no passado, reservar os horários nobres para a formação, pois às vezes havia jovens a fazerem os seus treinos às 22h00, e até mais tarde. Não pode ser, mas era o que acontecia, e tem-se vindo a evoluir, não sabe se se conseguirá chegar ao que o Sr. Vereador referiu, e mais uma vez pede desculpa, porque não percebeu.-----

Quanto ao que o Sr. Vereador Rui Rei falou, está-se a falar de equipamentos diferentes, e não se poderá pôr um equipamento que exige equipamentos informáticos e audiovisuais, bem como consumos de eletricidade significativos, ao mesmo valor de outras salas que não exigem estes requisitos. Sem que seja melhor avaliado, a única explicação que pode dar é esta.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que percebe, e até podia aceitar, mas no caso das salas de reuniões, na Fábrica das Palavras, o preço permanece o mesmo, ou seja, aumenta-se nas salas polivalentes, e nas salas de reuniões mantém-se o mesmo preço, igual ao dos outros equipamentos. Portanto, o critério não é uniforme. Contudo, a questão poder-se-á avaliar depois, não tem problema. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que se há alguma discrepância, poder-se-á resolver, de qualquer modo, gostava que o Sr. Vereador António Félix também pudesse informar quais são os critérios. Este regulamento tem vindo a ser avaliado há muitos anos a esta parte, com critérios muito concretos no que diz respeito ao desporto e também à cultura, no sentido de atrair pessoas, e que a razão de não irem a estes equipamentos não seja por causa das taxas serem muito elevadas. ----  
Elas já foram maiores, e como em tempos idos teve responsabilidades nesta área,



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata \_\_\_\_\_ 054

Reunião de 2015/11/04

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

recorda-se bem que se tiveram de fazer algumas alterações, justamente por estas razões. -----

Interveio o Sr. Vereador António Félix, cumprimentando os presentes e mencionando que a avaliação que é feita tem a ver com uma série de fatores, que é o que está estabelecido, nomeadamente custos com o pessoal, eletricidade, equipamentos lá disponíveis, dimensão do espaço, e todos estes fatores contribuem para a avaliação que é feita e para a taxa que é encontrada. Portanto, a sala de reuniões e a sala polivalente não têm as mesmas condições, não têm a mesma dimensão, o que leva a que estes fatores todos influam para que a taxa seja diferente. -----

Relativamente à questão do Sr. Vereador Aurélio Marques, da redução dos custos com a utilização, nomeadamente dos pavilhões, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira ao longo dos últimos anos tem apostado fundamentalmente na formação, é de facto a principal incidência, e deve dizer que se se comparar com os municípios da Área Metropolitana de Lisboa, Vila Franca de Xira tem as taxas mais baixas de utilização dos pavilhões. Em Vila Franca de Xira paga-se 5,33€, e ao olhar para uma série de sítios, verifica-se que em Lisboa paga-se 20,70€, em Mafra 30,00€, no Montijo 15,00€, no Barreiro 62,00€, e em Almada 18,00€. Assim, se se vai baixar mais, não sabe como será um dia. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que crê que cada município gere conforme entende. A câmara municipal tem um regulamento de taxas que lhe parece absolutamente equilibrado, os outros farão o que bem entendem. Também têm IMI altíssimos, Vila Franca de Xira tem o mais baixo, e quando se fazem as comparações é que se evidenciam estas coisas. Por isso é que se calhar há pessoas que querem vir para Vila Franca de Xira e não vão para outros sítios, porque há melhores condições de se viver. A vida é mesmo assim. -----

Relativamente às questões das taxas, também é mesmo assim, sendo que principalmente este ano, e também no ano anterior, com grande satisfação e orgulho, têm-se vindo a trazer sistematicamente grandes sucessos e resultados desportivos, o que não nasce do acaso, nasce do trabalho feito pelas associações. Também contribui um pouco aquilo que a câmara municipal faz em termos de fomento e atividade desportiva, neste caso também em termos culturais. -----

*Handwritten signatures*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ~ 055

Reunião de 2015/11/04

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

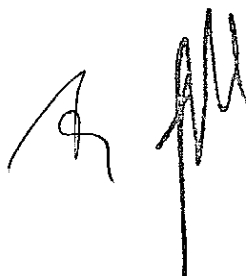
Em termos desportivos há, por um lado, a construção de muitos equipamentos que não existiam, e por outro, a sua disponibilização a preços realmente simbólicos, porque, como já foi dito numa ou outra vez, o serviço público não deve dar lucros. Se puder dar lucros melhor, não vem mal ao mundo, mas, logicamente, para dar lucros as taxas tinham que ser o triplo ou o quádruplo. Ora, isso não tem sentido, porque então reduziam-se as condições para a prática desportiva.-----

Assim, em termos de serviço público, a câmara municipal tem que assumir um custo, pensa que o deve fazer, e mesmo assim a despesa que tem é enorme. Com as piscinas, os pavilhões, e outro tipo de equipamento, são 500 000,00€ de despesa, já sem a receita, pois a receita aqui é relativamente pequena.-----

Perante isto tudo, crê que se tem uma tabela de taxas, tirando estes pormenores dos cêntimos, que dão algum trabalho à contabilidade, se for pago em numerário, equilibrada, e a questão que o Sr. Vereador Rui Rei colocou também estará, como julga, esclarecida, porque são espaços completamente díspares, e têm que ter também preços diferenciados. Crê que se está esclarecido, de qualquer modo, o Sr. Vereador Aurélio Marques ainda queria dizer algo.-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que gostaria só de um esclarecimento, dirigido ao Sr. Vereador António Félix, pois quando falou que eram cerca de 5,00€, pensa que estaria a falar das escolas, e muito bem, porque depois, e não quer dizer que seja exagerado ou muito significativo, para as coletividades e IPSS, as salas e os pavilhões desportivos, que foi sobre o que falou, era mais aí que incidia a questão dos membros da CDU, é praticamente o dobro ou mais. Não está a dizer que é exagerado ou a fazer comparações, mas pensa que era isso. Nas escolas considera que está muito bem, nas outras já não é bem assim, mas também não está a dizer que os valores sejam exagerados. Contudo, os membros da CDU limitam-se, mas também têm opinião, a serem um porta-voz das “queixas” que têm ou anseios, como lhes chamaria, de algumas coletividades.-----

O Sr. Presidente interveio, referindo que compreende muito bem as associações, porque qualquer cêntimo faz falta, agora, têm que se encontrar equilíbrios e bom senso no meio de tudo. As associações ligadas à área desportiva têm grandes dificuldades, e provavelmente, se não fossem os apoios da câmara municipal, seriam maiores, mas tudo isto tem que ter algum equilíbrio.-----





Interveio o Sr. Vereador António Félix, esclarecendo só um pequeno ponto ainda relativamente à questão do Sr. Vereador Rui Rei. Ao se pegar na tabela de taxas, o que se fez foi a introdução de algo que não existia, a utilização da sala polivalente, auditório da Fábrica das Palavras, cuja taxa é exatamente igual ao que é praticado no auditório do Scala, Fórum Cultural da Chasa, centro comunitário de Vialonga e no Museu do Neo-Realismo. São os 18,22€, 30,22€ e 45,17€. A taxa é exatamente igual, e depois as salas polivalentes são exatamente iguais, as da Fábrica das Palavras com as outras. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que não está a entender o que o Sr. Vereador Rui Rei disse, pois veio trazer questões de aumentos. -----

Esclareceu o Sr. Vereador Rui Rei que os aumentos são claros e objetivos. Passaram de 14,90€ para 18,22€, num aumento de 22%, e fala do artigo 32º, ponto 2.1, utilização no horário normal de funcionamento até às 19h00, por hora ou fração, questionando se é assim ou não, pois pode ter visto mal. Não tem problema nenhum, se viu mal, viu mal, e passa a ver bem, não tem problema absolutamente nenhum. Quanto ao ponto 2.2, horário normal de funcionamento após as 19h00, o valor é 30,22€. Para o ponto 2.3, sábados, domingos e feriados por hora ou fração, é de 45,17€, e pergunta se é assim ou não. Se é assim, os preços anteriores eram 14,90€, 27,44€ e 39,66€, o que quer dizer que há aumento. É claro como o algodão, o algodão não engana, mas pode estar a ver mal. -----

O Sr. Vereador António Félix interveio, referindo ao Sr. Vereador Rui Rei que não há, pois estão-se a comparar duas coisas diferentes. Salas polivalentes para ações diversas e auditórios são duas coisas diferentes. O ponto 1 é relativo à utilização das salas polivalentes para ações diversas, e é exatamente o mesmo preço no concelho e na Fábrica das Palavras. Nos auditórios é exatamente o mesmo preço na Fábrica das Palavras e nos outros auditórios do concelho. Não há diferenças de preço, são auditórios diferentes, e poder-se-iam ter colocado estes auditórios da Fábrica das Palavras nos "outros". -----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que no artigo 32º, bibliotecas municipais, no ponto 2 diz, "utilização da sala polivalente, auditório da Fábrica das Palavras, biblioteca municipal de Vila Franca de Xira", com os horários e os valores que o próprio disse. -----



Interveio de novo o Sr. Vereador António Félix, pedindo ao Sr. Vereador para ver o artigo 30º.-----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que está bem, vê o artigo 30º, mas está a falar com os valores anteriores. Obviamente que é verdade que está a questão do Museu do Neo-Realismo, mas está-se a falar dos valores anteriores, e comparando os valores anteriores com os atuais, dão 22%, 14% e 10%, e é só isso.-----

Respondeu o Sr. Vereador António Félix que não é, são os mesmos valores do ano anterior.-----

O Sr. Presidente interveio, perguntando ao Sr. Vereador António Félix, para que não fiquem dúvidas nenhuma, quais foram as alterações, introdução e anulação de artigos e rubricas, dando a palavra à Drª Nélida Soares para esclarecimento.-----

Interveio a Drª Nélida Soares, esclarecendo que a única introdução que se fez foi o equipamento da Fábrica das Palavras, que não estava incluído. A sala polivalente, que pensa ser a palavra que está a fazer confusão, quando comparada com as salas polivalentes de outros equipamentos municipais, outras bibliotecas, é equiparada a um auditório na Fábrica das Palavras, daí ter o mesmo valor que os auditórios existentes noutros equipamentos, como está no artigo 30º. Se calhar o Sr. Vereador poderá estar a fazer confusão, pois diz sala polivalente/auditório, mas é equiparada a um auditório, efetivamente.-----

Se se compararem os valores do artigo 30º, está igualzinho, porque o que se fez foi introduzir o equipamento Fábrica das Palavras, indo buscar os valores já existentes. Não houve nenhum aumento. O ponto 3, do artigo 32º, é equiparável ao ponto 1, do artigo 32º, que já existia.-----

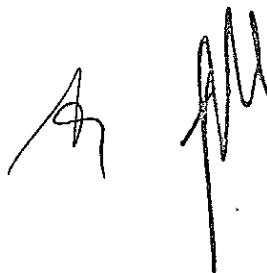
Interveio o Sr. Presidente, referindo que com este esclarecimento, que agradece à Drª Nélida Soares, pois estava a faltar esta ajuda, dá por encerrada a discussão do ponto e passa à sua votação, perguntando quem vota contra, quem se abstém, concluindo que o ponto é aprovado por unanimidade.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.-----





1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO CONCELHO – ACEITAÇÃO DA LISTA DE ERROS E OMISSÕES E RETIFICAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 429/15, de 26/10, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da lista de erros e omissões, bem como das alterações às peças do procedimento, de acordo com o relatório do júri do procedimento, nos termos do nº 5, do artigo 61º, do Código dos Contratos Públicos, referentes à contratação de serviços de lavagem e higienização de equipamentos para deposição de resíduos sólidos urbanos no concelho. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 429/15, de 26/10, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que se trata do desenvolvimento de um procedimento que já foi apreciado e deliberado na câmara municipal, com o qual os membros da CDU não estiveram de acordo, e continuam a não estar. De qualquer forma, o que está em causa não é suficiente para manterem o mesmo sentido de voto e vão abster-se, porque são questões de natureza burocrática, administrativa.-----  
Contudo, são obrigados a confrontar-se com uma situação que é visível e testemunhável quando esta reunião de câmara terminar, desde 2015/06/19 que, por exemplo, no Bom Retiro, não há lavagem de contentores, e estão-lhe a dar conta de 21 de maio, noutras ruas e artérias na freguesia de Vialonga. -----



Portanto, infelizmente a realidade vem demonstrar-lhes que têm razão, porque este poderá ser um procedimento dispensável, e que com o uso dos meios internos da câmara municipal, incluindo humanos e materiais, poder-se-ia realizar esta tarefa, com outros custos para o município, que seguramente trariam outras condições de serviço em termos da obrigação a que se é sujeito do ponto de vista da higienização e lavagem dos contentores. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que crê que o que se comprova é que este procedimento é realmente importante e resolverá um conjunto de dificuldades com que a câmara municipal se está a deparar. Aliás, insere-se num conjunto de investimentos mais vasto que se está a fazer no âmbito da recolha de resíduos sólidos urbanos e de recicláveis, que passou, entre outras coisas, por contratação de mais pessoal, aquisição de mais viaturas e instalação de mais ilhas ecológicas no concelho, no sentido de reforçar a rede de depósito. -----

Dá ainda conta que neste momento, enquanto decorre esta reunião, estão a decorrer as instalações de 12 conjuntos de ilhas ecológicas no concelho, num investimento bastante grande, tendo este sido um ano muito importante para este tipo de investimentos, e é importante que este procedimento termine e chegue ao fim, bem como que o assunto da lavagem entre em toda a normalidade. -----

Realmente, hoje vem um aspeto técnico do júri do concurso a reunião de câmara, e é importante poder também contar, no caso, com a abstenção da CDU neste processo. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, só para precisar uma questão, porque ouvindo o Sr. Vice-Presidente, de duas uma, ou não estão a falar exatamente do mesmo, ou estão a falar do mesmo mas com opiniões que são, de facto, impossíveis de poderem ser cruzadas. -----

Quanto à primeira questão, em termos muito práticos, pode a CDU concluir que neste momento não há lavagem de contentores, uma vez que decorre o procedimento concursal? Esta é uma primeira questão, porque de outra maneira não se consegue justificar, do ponto de vista do procedimento aprovado, porque é que há contentores ou ilhas ecológicas que estão há cerca de 5 meses, ou há mais de 5 meses, sem o devido procedimento de higienização. De duas uma, ou há incumprimento da condição contratual, ou há falta de fiscalização da câmara



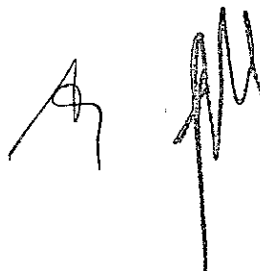
municipal. Uma de duas deverá ter acontecido, daí colocar-se esta questão. -----  
Quanto à segunda questão, não é verdade que haja aqui um investimento, na opinião dos membros da CDU houve um desinvestimento a partir de 2005, em que se prometeu aos membros da câmara municipal que a primeira contratação de serviços era específica, tendo em conta a reparação de uma viatura que assegurava a higienização dos contentores. Foi-lhes dada essa garantia, e só por isso mesmo é que votaram, tendo em conta a situação de exceção. Depois disso já foram aprovados outros tantos procedimentos em que o montante financeiro já daria para comprar mais do que uma viatura de limpeza e higienização de contentores e de ilhas ecológicas. -----

Portanto, não é verdade o que sistematicamente é dito quando chamam à atenção para a importância da câmara municipal refletir sobre isto. O que está em causa é, de facto, despesa pública, com a consequência do serviço que foi privatizado não estar a assegurar níveis mínimos e aceitáveis de qualidade. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que não é verdade que tenha havido privatização de nenhum serviço e o Sr. Vereador Nuno Libório sabe isso tão bem como o executivo. A lavagem dos contentores tem vindo a ser feita recorrendo a meios internos, nomeadamente aos SMAS, é preciso reforçar o processo, e por isso é que vem este procedimento. O Sr. Vereador Nuno Libório está a tentar “lavar roupa suja”, mas o que se precisa é de lavar contentores, e este processo é exatamente para reforçar a lavagem dos contentores no concelho, decorrendo aliás do grande investimento que tem sido feito nesta matéria. -----

Interveio o Sr. Presidente, perguntando se o Sr. Vereador ainda quer dizer mais alguma coisa, pois pode mandar vir o detergente e resolve-se já isto. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, mencionando que os membros da CDU gostam de se dar ao respeito, e tentam fazer por isso. Nessa circunstância, quando colocam as questões, é obrigado a recordar ao Sr. Presidente que não é baseado numa presunção, invenção ou teoria de conspiração qualquer que seja, estão presentes com um mandato claro, de oposição, e dirigem-se especificamente para aqueles que estão neste momento a dirigir a câmara municipal. Não fazem das reuniões de câmara palcos, nem encenações teatrais, e quando estão a falar dirigem-se ao presidente de câmara, que é a figura que está a dirigir a ordem de



trabalhos. O Sr. Presidente perguntar-lhe-á o que isto tem a ver com a lavagem dos contentores, e o que responde é porque aquilo que disseram é uma coisa séria. Porque se trata de uma coisa séria, e é com seriedade que se resolvem os problemas com que este executivo municipal se debate, apesar de alertado pela CDU, vão manter o registo dessa seriedade, pedindo à câmara municipal, na figura do Sr. Presidente, que de uma vez por todas tente, o que pede, que o nível da discussão seja correto e, por outro lado, que se aproveitem os contributos de todas as oposições, mesmo podendo não estarem todos de acordo em relação uns aos outros. No entanto, é muito importante que esse respeito seja mantido. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo ao Sr. Vereador Nuno Libório que ainda há pouco, sem querer, essa intenção de respeito foi quebrada, quando o Sr. Vereador falou da Malvarosa, etc. Pensou que foi um lapso, que está resolvido. -----



Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que explicou, tinha a ver com os procedimentos administrativos, e pensa que ficou esclarecido, mas ainda bem que o Sr. Presidente chamou à atenção. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, dizendo que está resolvido, e às vezes, no calor da conversa, dizem-se coisas que, se se estivesse mais tranquilo, não se diriam. Por isso, a questão do respeito para si é clara, devem respeito todos uns aos outros, às vezes nem parece, mas devem. -----

Às vezes as coisas também se encaminham num determinado sentido, são, como disse no início, um bocadinho agitadas e muito fluentes, sendo que naquilo que o Sr. Vice-Presidente disse ao Sr. Vereador não faltou ao respeito em coisa nenhuma. O Sr. Vice-Presidente respondeu, o Sr. Vereador argumentou, e o Sr. Vice-Presidente contra-argumentou, sendo esta a essência do diálogo político que se tem de ter, e não está a ver onde é que haja falta de respeito. -----

Por outro lado, quer dizer ao Sr. Vereador que concorda quando diz que as oposições podem e devem contribuir com sugestões, soluções, que o Partido Socialista ouve com toda a atenção, e muitas das vezes absorve essas mesmas sugestões. -----

Interrompeu o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que neste caso concreto houve quebra da cláusula contratual, ou o contrato não foi cumprido, com isso são 5 meses, e isso não foi respondido. -----



Continuou o Sr. Presidente, dizendo que já foi respondida uma pergunta que o Sr. Vereador fez, que é aquela que é essencial, se desde essa altura os contentores não foram lavados. O Sr. Vereador revela um local onde, segundo diz, desde maio que não são lavados, e o próprio não tem razões para não acreditar que assim seja, basta o Sr. Vereador estar a dizê-lo. Agora, em termos gerais, isso não é verdade, para os contentores foram encontradas soluções internas para fazer essas mesmas lavagens.-----

Perguntou o Sr. Presidente ao Sr. Vice-Presidente se quer acrescentar mais alguma coisa, tendo este respondido que não vale a pena.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que então passará à votação.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, pedindo a palavra.-----

Respondeu o Sr. Presidente que pede desculpa ao Sr. Vereador, mas já se teve o tempo necessário para cada um argumentar o que tinha a argumentar.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, perguntando se é mesmo quando não se responde.-----

Prosseguiu o Sr. Presidente, dizendo que não é não responder, foi respondido, no ponto de vista do executivo foi respondido, pode é não agradar a resposta, mas isso é da vida.-----

Interveio o Sr. Vereador, mencionando que não é a si, é às pessoas que estão lá fora e se confrontam com os cheiros.-----

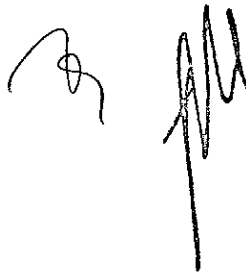
Prosseguiu o Sr. Presidente, referindo ser para isso que se trabalha todos os dias, justamente para encontrar soluções para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, e trabalham todos, principalmente o executivo, com mais responsabilidade naturalmente.-----

Prosseguiu, perguntando quem vota contra, quem se abstém, e concluindo que o ponto é votado por maioria, com a abstenção da CDU.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.-----

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO CONCELHO – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 418/15, de 20/10, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços para execução das medidas de autoproteção dos estabelecimentos de ensino do concelho, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 418/15, de 20/10, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Fl. Livro \_\_\_\_\_



Fl. Ata \_\_\_\_\_ **064**

Reunião de 2015/11/04

Procº 10/15 APRV.CP.SJ



Deliberação nº \_\_\_\_\_ **648**

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE VÁRIOS EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS – INÍCIO DO PROCEDIMENTO, PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ABERTURA DO PROCEDIMENTO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 411/15, de 15/10, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação do início do procedimento e da respetiva despesa, da composição do júri do concurso e das peças concursais, bem como da emissão de parecer prévio vinculativo favorável, referentes à contratação de serviços de limpeza de vários equipamentos municipais, durante o ano de 2016, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação da abertura do procedimento e autorização prévia do compromisso plurianual, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 411/15, de 15/10, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.-----  
-----  
-----  
-----





1. Assunto: PROTOCOLO A CELEBRAR COM A FUNDAÇÃO INATEL -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 255/15, de 15/10, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com a Fundação INATEL, que visa proporcionar alguns benefícios aos trabalhadores da câmara municipal e trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, ao nível da hotelaria, turismo, desporto e cultura. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 255/15, de 15/10, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, referindo que esta questão do protocolo com a Fundação INATEL parece-lhe uma solução interessante para os trabalhadores da câmara municipal. --  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





1. Assunto: EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A FRAÇÃO "AO", CORRESPONDENTE AO 3º ESQº (BLOCO D) E ESTACIONAMENTO NA CAVE, COM O Nº D6, SITA NO BAIRRO DA CHASA – RUA ANTÓNIO SÉRGIO, Nº 139 – ALVERCA DO RIBATEJO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 264/15, de 20/10, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão sobre a fração "AO", correspondente ao 3º esqº (bloco D) e estacionamento na cave, com o nº D6, sita no bairro da Chasa, na rua António Sérgio, nº 139, em Alverca do Ribatejo, pelo valor de 100 000,00€, requerido por Carmen Ribeiro, mandatária de Cátia Susana Tomé Marques.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 264/15, de 20/10, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----  
-----  
-----  
-----

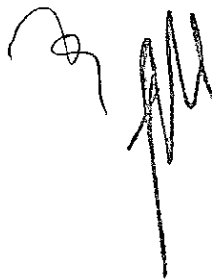
1. Assunto: EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A FRAÇÃO "H",  
CORRESPONDENTE À LOJA 8, SITA NA RUA ANTÓNIO SÉRGIO, Nº 139 B – ALVERCA  
DO RIBATEJO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 262/15, de  
20/10, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito  
de preferência e autorização de transmissão sobre a fração "H", correspondente à  
loja 8, sita na rua António Sérgio, nº 139 B, em Alverca do Ribatejo, pelo valor de  
90 000,00€, requerido por REMAX Vantagem 2. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 262/15, de 20/10, do  
Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido  
nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para  
aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.  
Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----

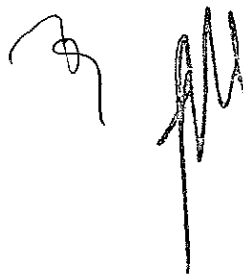
1. Assunto: EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A FRAÇÃO "A",  
CORRESPONDENTE À GARAGEM SITA NO BECO LUÍS VICTOR CORREIA NUNES, Nº 5,  
CVGAL – SÃO JOÃO DOS MONTES -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 261/15, de  
20/10, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito  
de preferência e autorização de transmissão sobre a fração "A", correspondente à  
garagem sita no beco Luís Victor Correia Nunes, nº 5, CvGal, em São João dos  
Montes, pelo valor de 15 000,00€, requerido por Alfredo Albuquerque Ferreira. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 261/15, de 20/10, do  
Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido  
nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para  
aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.  
Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A FRAÇÃO "I",  
CORRESPONDENTE AO 1º ESQº, SITA NA RUA JOSÉ MAIA TAVARES, Nº 13 (LOTE 15)  
– ALHANDRA-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 266/15, de  
21/10, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito  
de preferência e autorização de transmissão sobre a fração "I", correspondente ao  
1º esqº, sita na rua José Maia Tavares, nº 13 (lote 15), em Alhandra, pelo valor de  
70 000,00€, requerido por Joaquim Hermínio Belo do Amaral. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 266/15, de 21/10, do  
Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido  
nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para  
aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.  
Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 370/15, de 28/10, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, no período compreendido entre 2015/10/14 e 2015/10/27, no âmbito do licenciamento de obras particulares previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 370/15, de 28/10, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO A INTEGRAR NO DOMÍNIO PÚBLICO – VINHA DA IGREJA – CALHANDRIZ -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 542/15, de 13/10, do DGUPRU/DF/SFT, para aceitação da cedência de uma parcela de terreno, propriedade de Gonçalo Filipe Tiago Silva, a integrar no domínio público do município, com área de 30,15m<sup>2</sup>, com valor atribuído de 30,15€, confrontando a norte e a poente com Gonçalo Filipe Tiago Silva, a sul e a nascente com a rua da Igreja Nova, na Vinha da Igreja, na Calhandriz, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 542/15, de 13/10, do DGUPRU/DF/SFT, planta de localização e planta de cedências, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

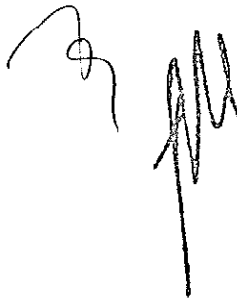
Fl. Ata " 072

Reunião de 2015/11/04

Procº 25/15 CERTAUGI



Deliberação nº 655

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO -  
LOTEAMENTO DA QUINTA DA BELA VISTA, LOTE 416 – SÃO JOÃO DOS MONTES -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 241/15, de 21/10, do  
DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor  
do município sobre o lote 416 do loteamento da Quinta da Bela Vista, em São João  
dos Montes, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira  
aquando do registo do alvará de loteamento nº 1/2015-AUGI, de 12/03, solicitado  
por Carlos D'Alo Inácio da Costa. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 241/15, de 21/10, do  
DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta  
parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para  
aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.  
Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

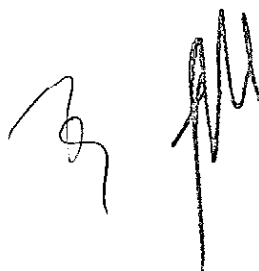


1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO -  
LOTEAMENTO DA QUINTA DA BELA VISTA, LOTE 417 – SÃO JOÃO DOS MONTES -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 242/15, de 21/10, do  
DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor  
do município sobre o lote 417 do loteamento da Quinta da Bela Vista, em São João  
dos Montes, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira  
aquando do registo do alvará de loteamento nº 1/2015-AUGI, de 12/03, solicitado  
por Carlos D'Alo Inácio da Costa. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 242/15, de 21/10, do  
DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta  
parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para  
aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.  
Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----









1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO -  
LOTEAMENTO DA QUINTA DA BELA VISTA, LOTE 464 – SÃO JOÃO DOS MONTES -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 234/15, de 13/10, do  
DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor  
do município sobre o lote 464 do loteamento da Quinta da Bela Vista, em São João  
dos Montes, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira  
aquando do registo do alvará de loteamento nº 1/2015-AUGI, de 12/03, solicitado  
por Albino de Jesus Henriques. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 234/15, de 13/10, do  
DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta  
parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para  
aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.  
Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO -  
LOTEAMENTO DO CASAL DO ÁLAMO, LOTE 216 - SÃO JOÃO DOS MONTES-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 240/15, de 22/10, do  
DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor  
do município sobre o lote 216 do loteamento do Casal do Álamo, em São João dos  
Montes, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira  
aquando do registo do alvará de loteamento nº 5/2013-AUGI, de 20/09, solicitado  
por Felismino Marques Lopes. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 240/15, de 22/10, do  
DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta  
parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para  
aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.  
Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO -  
LOTEAMENTO DO CASAL DO ÁLAMO, LOTE 236 - SÃO JOÃO DOS MONTES-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 239/15, de 22/10, do  
DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor  
do município sobre o lote 236 do loteamento do Casal do Álamo, em São João dos  
Montes, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira  
aquando do registo do alvará de loteamento nº 5/2013-AUGI, de 20/09, solicitado  
por Felismino Marques Lopes. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 239/15, de 22/10, do  
DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta  
parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para  
aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.  
Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





Fl. Livro \_\_\_\_\_  
Fl. Ata \_\_\_\_\_ **077**  
Reunião de 2015/11/04  
Procº 27/15 CERTAUGI  
Deliberação nº \_\_\_\_\_ **660**



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO -  
LOTEAMENTO DO CASAL DO ÁLAMO, LOTE 256 - SÃO JOÃO DOS MONTES-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 238/15, de 22/10, do  
DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor  
do município sobre o lote 256 do loteamento do Casal do Álamo, em São João dos  
Montes, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira  
aquando do registo do alvará de loteamento nº 5/2013-AUGI, de 20/09, solicitado  
por Felismino Marques Lopes. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 238/15, de 22/10, do  
DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta  
parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para  
aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.  
Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –  
LOTEAMENTO DO MOLEDO, LOTE B38 – ALVERCA DO RIBATEJO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 235/15, de 21/10, do  
DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor  
do município sobre o lote B38 do loteamento do Moledo, em Alverca do Ribatejo,  
registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do  
registo do alvará de loteamento nº 4/2011-AUGI, de 28/12, solicitado por José  
Alberto Caralinda Nobre. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 235/15, de 21/10, do  
DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta  
parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para  
aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.  
Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –  
LOTEAMENTO DO MOLEDO, LOTE B39 – ALVERCA DO RIBATEJO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 236/15, de 21/10, do  
DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor  
do município sobre o lote B39 do loteamento do Moledo, em Alverca do Ribatejo,  
registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do  
registo do alvará de loteamento nº 4/2011-AUGI, de 28/12, solicitado por José  
Alberto Caralinda Nobre. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 236/15, de 21/10, do  
DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta  
parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para  
aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.  
Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

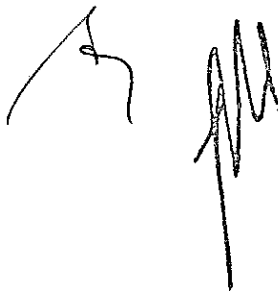
 

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO -  
LOTEAMENTO DO ESTACAL, LOTE 6 – ALVERCA DO RIBATEJO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 237/15, de 22/10, do  
DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor  
do município sobre o lote 6 do loteamento do Estacal, em Alverca do Ribatejo,  
registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do  
registo do alvará de loteamento nº 3/2015-AUGI, de 29/07, solicitado por Aleixo  
Correia Cabrito.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 237/15, de 22/10, do  
DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta  
parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para  
aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.  
Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DA PIPA E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PONTÃO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – CONTA FINAL -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1410/15, de 23/10, do DOVI/DOVI, para aprovação da conta final referente à empreitada de regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão, adjudicada à Oliveiras – Engenharia e Construções, SA.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1410/15, de 23/10, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

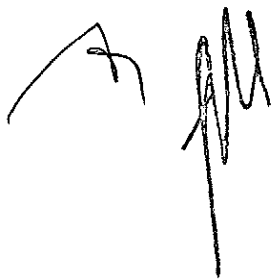




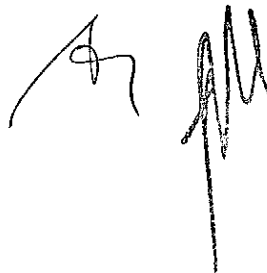
1. Assunto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA EXPLORAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE UTILIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO MUNICÍPIO – ANOS 2016/2017 – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1384/15, de 26/10, do DOVI/DOVI, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, referente à prestação de serviços de técnico responsável pela exploração das instalações de utilização de energia elétrica do município, para os anos 2016/2017. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1384/15, de 26/10, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: ROTUNDA NO ENTRONCAMENTO DA VARIANTE DE VIALONGA COM A ESTRADA MUNICIPAL DE ALPRIATE – VIALONGA – ABERTURA DE PROCEDIMENTO ----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1426/15, de 27/10, do DOVI/DOVI, para aprovação da abertura do procedimento de concurso público, com vista à celebração do contrato de empreitada para a rotunda no entroncamento da variante de Vialonga com a estrada municipal de Alpriate, com o preço base de 197 000,00€, acrescido do IVA, e o prazo de execução de 135 dias, bem como do projeto de execução, das peças de procedimento, da designação do júri do procedimento e do perito.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1426/15, de 27/10, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Presidente, dizendo à Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso que se vai ter rotunda.-----  
A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, referindo que já tarda, e deve-se rapidamente abrir o procedimento para fazer aquela que ficará a faltar, para que finalmente se possa circular na variante de Vialonga e não haja qualquer tipo de constrangimentos, que é aquilo a que hoje em dia infelizmente se assiste. Portanto, que seja bem-vinda esta rotunda, tal como as outras nas outras freguesias do concelho de Vila Franca de Xira.-----  
O Sr. Presidente interveio de novo, mencionando que depois se preparará a próxima, e assim será, como a Srª Vereadora deseja, e a população naturalmente. -  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: COMPRA E VENDA DA FRAÇÃO DE HABITAÇÃO MUNICIPAL DESIGNADA PELA LETRA "C", SITA NA RUA JOÃO TARRÉ RIBEIRO, Nº 16, 1º DTº, EM ARCENA – ALVERCA DO RIBATEJO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 44/15, de 15/10, do DASDEDS/DDS, para aprovação da venda da fração de habitação municipal designada pela letra "C", sita na rua João Tarré Ribeiro, nº 16, 1º dtº, em Arcena, Alverca do Ribatejo, inscrita na matriz predial da União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho sob o artigo 3810, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira, sob o nº 1590 da freguesia de Alverca do Ribatejo, a Alya Hijazi Moreira, pelo valor de 36 740,30€, com dedução correspondente a 20%, na modalidade de pronto pagamento, sendo o valor final de venda de 29 392,24€. -  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 44/15, de 15/10, do DASDEDS/DDS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que os membros da CDU vão discutir em conjunto os pontos 32 e 33, e uma vez que o ponto 34 é uma revogação da decisão, nada têm contra. Assim, e mais uma vez, dizem que não conseguem aceitar que a câmara municipal abra mão daquilo que é o seu património a nível de habitação municipal.-----  
Sabem que há várias pessoas em lista de espera que anseiam por uma fração municipal para fazer face às dificuldades que infelizmente são mais que muitas, não só no concelho, mas também no concelho, e aquilo que ouvem muitas vezes como resposta é que infelizmente a câmara municipal não tem fogos suficientes para salvaguardar as necessidades dos munícipes. Portanto, agora tem vindo a ser hábito, e aliás o ponto 34 é uma revogação de uma decisão já tomada em junho,



precisamente no mesmo sentido, vender os fogos municipais. -----

O Sr. Presidente pode dizer que as pessoas têm direito a melhorar a sua vida, com certeza que sim, têm direito a comprar a sua própria casa, com certeza que sim, mas os outros munícipes também têm o direito de poderem ter acesso aos fogos municipais quando deles necessitarem. -----

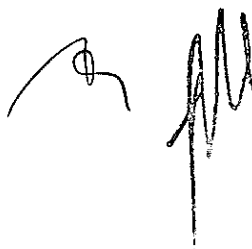
Percebem que para a câmara municipal, se calhar, é uma posição mais confortável, deixa de ter encargos com os condomínios, ter encargos com obras feitas nestes fogos municipais, que muitas das vezes, infelizmente, não são tão bem tratados como deveriam ser, mas o certo é que daqui a pouco a câmara municipal não vai ter fogos municipais. -----

Entendem que não é uma boa política, e se as pessoas melhoraram, e felizmente melhoraram as suas condições de vida, e querem adquirir um imóvel, devem-no fazer no chamado mercado livre, e aí, sim, a câmara municipal devia tomar uma posição já há muito defendida pela CDU, apostar na construção de habitação a custos controlados. Estas pessoas que moram hoje em fogos municipais poderiam, dessa forma, ter acesso à sua habitação também com custos mais reduzidos. -----

Portanto, não vão votar a favor destas vendas, porque entendem que o abrir mão dos fogos municipais é uma perda para os munícipes.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que a Srª Vereadora disse algo que o próprio já disse anteriormente, a câmara municipal não quer, de modo nenhum, deixar de ter a sua responsabilidade relativamente à habitação social, pelo que não é por alienar uma ou outra fração que não fica ainda com muitas dezenas de frações de habitação social. Aliás, no quadro do Portugal 2020 também se vai candidatar para reabilitar e, eventualmente, até encontrar soluções para ampliar estes fogos habitacionais, tanto mais que tem absoluta consciência das necessidades existentes.-----

As pessoas que foram para estas frações conseguiram, através do apoio que lhes foi concedido, e em alguns casos estavam em situações paupérrimas em termos de habitabilidade, endireitar a sua vida, ao ponto de hoje já não quererem sair daquele espaço onde estão há alguns anos, que já consideram ser seu, tanto mais que estão numa zona com outras pessoas com quem convivem diariamente, e pensa, sinceramente, que se deve atender a uma situação destas. No entanto, ela não desequilibra coisa nenhuma, ou não afasta a responsabilidade que a câmara



Fl. Livro \_\_\_\_\_  
Fl. Ata \_\_\_\_\_  
Reunião de 2015/11/04  
Procº \_\_\_\_\_  
Deliberação nº \_\_\_\_\_

municipal tem de ter, só que também se tem de olhar e ter a visão de que este passo que as pessoas vão dar, em que a câmara municipal vai contribuir, é extremamente importante nas suas vidas, enquanto determinação daquilo que foi o esforço que fizeram para que se pudessem orientar melhor, em termos sociais e financeiros. ---- É só isso que está em causa, não é mais nada do que isso, porque a câmara municipal vai reforçar, no futuro, as necessidades da oferta, e vai continuar a ter muitas frações. Não faz ideia quantas tem, não tem de memória, mas tem muitas e muitas dezenas, são mais de 1000 frações de habitação social, e se vender meia dúzia delas por ano ou coisa que o valha, não é isso que desequilibra as coisas e o princípio que está subjacente à responsabilidade social da câmara municipal. -----

Interveio novamente a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que se resolve o problema das pessoas a quem agora se deixa que comprem as frações, e o Sr. Presidente até pode dizer que se não comprarem também não saem de lá, e é uma lógica muito simples de perceber. Agora, o facto de se fazer um arrendamento pressupõe que o direito ao mesmo é para a pessoa que o fez pela primeira vez, e não vai ser uma coisa "ad aeternum", a não ser que a pessoa coabite e tenha uma série de justificações para que o possa fazer. Sabe do que está a falar, porque os seus pais também moram numa casa arrendada, e se a própria for falar ao senhorio, ele não a deixa lá morar depois de falecerem, como é lógico. -----

Poderá eventualmente o Sr. Presidente dizer que a câmara municipal tem 1000, podem-se vender 6, mas não é um bom princípio, e aproveita para perguntar quantas pessoas existem em lista de espera no concelho. São 1000 frações no concelho. Quantas estão habitadas? Quantas estão devolutas? Porque é que estão devolutas e quantas pessoas existem hoje em lista de espera no concelho?-----

Volta a dizer, quanto a essa intenção de ajudar a pessoa que mora ali há não sabe quantos anos e que vai ficar proprietária, que, numa primeira leitura, foi por isso que durante algum tempo, quando estas propostas de venda de fração vieram à reunião de câmara, a CDU não se opôs. Contudo, isso vai resolver o problema da pessoa, mas o que é que vai acontecer no futuro ao concelho? Que imagem se está a dar? Para além de outras coisas que se vai escusar de falar, que já abordou em outras reuniões, e o Sr. Presidente sabe perfeitamente o perigo que se pode estar a ter aquando da venda das frações, os membros da CDU gostavam de ver isto explícito,



Fl. Livro \_\_\_\_\_  
Fl. Ata \_\_\_\_\_  
Reunião de 2015/11/04  
Procº \_\_\_\_\_  
Deliberação nº \_\_\_\_\_

e nada têm contra as pessoas, pois nem sequer as conhecem, nem é por isso que estão a votar a favor ou contra. Não lhes parece correto, e agora pede que o Sr. Presidente lhe responda quantas casas estão atribuídas, quantas pessoas existem em lista de espera e, no futuro, o que é que se vai fazer quando se decidir alienar o património municipal, seja às 2 ou 6 por ano, pois francamente não sabe se isto vai resolver o problema. -----

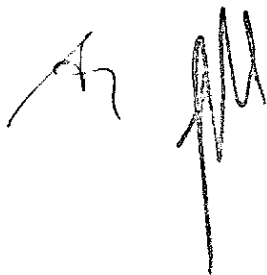
Interveio o Sr. Presidente, mencionando que não quer ser “mauzinho”, mas vai ser só um bocadinho. Não costuma ser assim, mas não pode deixar de dizer à Srª vereadora que a alienação de casas começou com a CDU. Há uma alteração do pensamento, e continua a dizer que a CDU, num determinado contexto, estava certa, e o Partido Socialista está certo, porque se deve dar a oportunidade às pessoas de evoluírem no sentido de terem a capacidade de estar em plenitude na casa onde habitam. -----

Quando foram para lá habitar precisavam de apoio, precisavam de ajuda da câmara municipal, que deu essa ajuda, as pessoas evoluíram, não querem sair daquela casa, não querem comprar outra, porque é muito mais cara e não têm condições, querem aquela. Então, porque não dar essa oportunidade? É isso que aqui está, e as questões sociais relativamente à habitação mantêm-se. Se a Srª Vereadora olhar para o plano, que a CDU não teve condições de aprovar, vê que há lá verbas, algumas significativas, para este efeito. Portanto, isto não “belisca” em nada. A Srª Vereadora dir-lhe-á que “belisca” no princípio, mas no campo dos princípios vender uma casa, ou vender 6 ou 10, é a mesma coisa. -----

Depois, há uma matéria que a Srª Vereadora colocava no passado, e essa sim poderia ser uma questão muito importante e grave, a da Srª Vereadora dizer que eles comprem a casa e amanhã vão imediatamente transacioná-la. No entanto, a lei não permite, a pessoa tem que lá estar 5 anos, pelo menos, é o que a lei diz. Quando a Srª Vereadora disse isso, referiu à Srª Vereadora Fátima Antunes que aquilo tinha todo o sentido, e que visse como era, e a Srª Vereadora Fátima Antunes foi avaliar com o jurista, foi-se ler a lei e a lei o que diz é taxativo. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que é como os juros bonificados para jovens, esta lei deve ser mais ou menos a mesma coisa. -----

Prosseguiu o Sr. Presidente, referindo que essa matéria que a Srª Vereadora



colocava, e bem, preocupou-o, foi tentar perceber, tendo sido depois informado que, de facto, a lei sobre essa matéria é muito precisa, as pessoas não podem transacionar a casa senão ao fim de 5 anos. -----

Assim sendo, e sinceramente, a câmara municipal não se vai responsabilizar de coisa nenhuma relativamente à habitação social, está é a permitir que as pessoas, porque tiveram condições para o efeito, adquiram a sua casa. Não é mais do que isso, há uma alteração do pensamento sobre estas matérias da parte da CDU, é respeitável, e não tem que se pensar sempre da mesma maneira, mas o que é um facto é que pensa que a CDU, e o Partido Socialista, em determinados contextos, estiveram bem, e esta possibilidade é real, favorece a autoestima das pessoas, e é disso que se está a falar, da autoestima. Têm que se ajudar as pessoas a crescer, a ter autoestima e esta é uma ação de autoestima, que se deve salientar. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, perguntando se o Sr. Presidente não vai responder às perguntas que colocou. -----



Perguntou o Sr. Presidente à Srª Vereadora Fátima Antunes se tem informação sobre as questões colocadas. -----

Esclareceu a Srª Vereadora Fátima Antunes, relativamente às casas que a câmara municipal tem, que são cerca de 1100, e estão devolutas neste momento mais ou menos 60 casas, porque é um processo dinâmico, a qualquer momento pode-se entregar a chave, ou essa casa ser atribuída a outra pessoa que queira, por exemplo, mudar. Concorreram ao concurso 400 pessoas, e não há lista de espera como a Srª Vereadora diz, sendo que dentro dessas 400 pessoas pode haver umas que nem sequer reúnam os critérios, em termos de rendimentos, para terem direito à habitação social. Isso está a ser avaliado no âmbito do concurso, e os resultados serão publicados brevemente. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando não há listas de espera hoje em dia, e ninguém espera por uma habitação municipal, o que é fantástico. ---

O Sr. Presidente interveio, dizendo que há muitas pessoas que vêm solicitar casa, isso é verdade, mas há concursos onde as pessoas concorrem e, como a Srª Vereadora disse, 400 pessoas concorreram, logo, há 12 casas para atribuir. -----

Confirmou a Srª Vereadora Fátima Antunes que são 12 casas em perfeitas condições de habitabilidade. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que todas as outras pessoas ficam em lista de espera para se conseguirem encontrar soluções.-----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, mencionando que então sempre há listas de espera. A Srª Vereadora disse que não havia, e ficou baralhada.-----

Respondeu o Sr. Presidente que há listas de espera, que resultam dos concursos, naturalmente. Listas de esperas há, aqui e em todo lado, e vão-se tentando encontrar as soluções adequadas. É isso que se tem vindo a fazer, e mais uma vez diz à Srª Vereadora para visitar o plano, pois estão lá verbas.-----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, referindo que viu.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Paula Bayer, dizendo que no âmbito desta matéria que surge agora, uma vez que existem 60 casas devolutas, e imagina que não haja resposta neste momento para dar aos membros da Coligação Novo Rumo, agradecia que o Sr. Presidente fizesse chegar ao seu gabinete o tempo médio das casas devolutas, ou seja, quanto tempo demora para que todo o procedimento esteja concluído para uma nova atribuição. Gostariam, portanto, de ter o tempo médio das habitações.-----

Respondeu o Sr. Presidente que com certeza, e que fará chegar essas informações. De seguida, passou à votação, perguntando, relativamente ao ponto 32, quem vota contra.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que a CDU vota contra os pontos 32 e 33.-----



O Sr. Presidente interveio, perguntando quem se abstém, concluindo que os pontos 32 e 33 são aprovados por maioria, com os votos contra da CDU.-----

Quanto ao ponto 34, questiona quem vota contra e quem se abstém, concluindo que o ponto é aprovado por unanimidade.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

-----  
-----  
-----  
-----

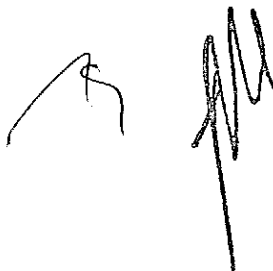


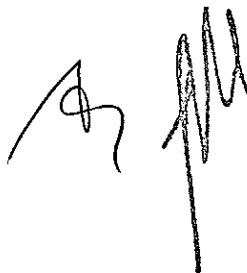
1. Assunto: COMPRA E VENDA DA FRAÇÃO DE HABITAÇÃO MUNICIPAL DESIGNADA PELA LETRA "A", SITA NA PRACETA FLORBELA ESPANCA, Nº 4, R/C DTº – VIALONGA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 43/15, de 14/10, do DASDEDS/DDS, para aprovação da venda da fração de habitação municipal designada pela letra "A", sita na praceta Florbela Espanca, nº 4, r/c dtº, em Vialonga, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira, sob o nº 3329 da freguesia de Vialonga, e inscrita na matriz predial da referida freguesia sob o artigo 2002, a Maria do Carmo Franco Correia, pelo valor de 25 566,68€, com dedução correspondente a 20%, na modalidade de pronto pagamento, sendo o valor final de venda de 20 453,34€. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 43/15, de 14/10, do DASDEDS/DDS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. A discussão deste assunto foi feita em conjunto com os pontos 32 e 34 da ordem do dia. -----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

*[Handwritten signature]*


1. Assunto: COMPRA E VENDA DA FRAÇÃO DE HABITAÇÃO MUNICIPAL DESIGNADA PELA LETRA "AJ", SITA NA RUA ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA, Nº 4, 9º A – VIALONGA – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 2015/06/03 -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 45/15, de 20/10, do DASDEDS/DDS, para aprovação da revogação da deliberação tomada em 2015/06/03, referente à venda da fração de habitação municipal designada pela letra "Aj", sita na rua António José da Silva, nº 4, 9º A, em Vialonga, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira, pela ficha nº 475 da freguesia de Vialonga e inscrita na matriz predial da referida freguesia sob o artigo 2652, devido à moradora, Vera Lúcia Santos Soares Nunes, ter desistido da aquisição, por não lhe ter sido aprovado o empréstimo bancário que solicitou para esse fim. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 45/15, de 20/10, do DASDEDS/DDS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. A discussão deste assunto foi feita em conjunto com os pontos 32 e 33 da ordem do dia. -----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: EXECUÇÃO DE 3 CAIS DE PESCA PARA OS AVIEIROS DA PÓVOA DE SANTA IRIA – AUTO DE VISTORIA E LIBERAÇÃO DE 60% DA CAUÇÃO TOTAL DA OBRA-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 423/15, de 13/10, da EMRU, para aprovação do auto de vistoria, datado de 2015/09/02, referente à empreitada de execução de 3 cais de pesca para os avieiros da Póvoa de Santa Iria, bem como da liberação de 60% da caução total da obra, prestada pela Cordivias – Engenharia, Lda, no valor de 14 592,83€ + IVA, correspondente a 2 anos completos decorridos desde a data da receção provisória da obra.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 423/15, de 13/10, da EMRU, e auto de vistoria, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DE 7 ARU DO CONCELHO E ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DAS ARU E DAS ALTERAÇÕES DAS TAXAS DO RMUETOU – REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS POR OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DO IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 442/15, de 22/10, da EMRU, para aprovação das retificações efetuadas ao ponto 2.2 de cada uma das ARU da proposta de delimitação de 7 ARU do concelho, e do envio à assembleia municipal para aprovação das alterações das taxas do RMUETOU – Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas por Operações Urbanísticas e do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, bem como aprovação final da delimitação das 7 ARU do concelho. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 442/15, de 22/10, da EMRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Presidente, sugerindo a discussão em conjunto dos pontos 36 a 38, pois há uma série de questões que se interligam. Assim, estando os Srs. Vereadores de acordo, provavelmente quem quiser falar sobre a matéria poderá colocar as questões, que depois o Sr. Vice-Presidente ou o próprio responderão. De seguida, para facilitar as coisas, o Sr. Vice-Presidente irá fazer uma apresentação.--  
Interveio o Sr. Vice-Presidente, dando conta que hoje se trazem três pontos importantes no que toca à estratégia da câmara municipal para a regeneração urbana, dizendo que, como se sabe, foi aprovada em agosto, em reunião de câmara, a nova estratégia para a regeneração urbana, sobre a égide de três grandes princípios: Promover a vivência das pessoas no concelho; promover a

visitação do concelho por parte de um universo mais alargado de pessoas; e promover o investimento e o trabalho no concelho de Vila Franca de Xira.-----

Sobre esses princípios, o dia de hoje dedica-se a três decisões importantes no que toca a viver, investir e trabalhar no concelho. Por isso, o executivo municipal apresenta uma proposta de delimitação de 7 áreas de reabilitação urbana, as chamadas ARU, no concelho, que vão permitir uma redução muito significativa, quer de impostos municipais sobre imóveis, o chamado IMI, quer de IMT - Imposto Municipal sobre a Transmissão de Imóveis, quer também uma redução muito forte nas taxas associadas às obras de regeneração urbana dentro desses espaços. Esses espaços, que são 7, correspondem, grosso modo, às zonas urbanas mais antigas das localidades, a ARU de Alhandra, Vila Franca de Xira e Povos, a ARU de Alverca do Ribatejo, a ARU da Póvoa de Santa Iria, a ARU de Vialonga, a ARU da Calhandriz, a ARU das Cachoeiras e a ARU da Castanheira do Ribatejo.-----

Pretende-se, com esta delimitação, permitir aos proprietários uma nova atitude relativamente aos seus imóveis, procurando promover, não só a sua reabilitação, mas a sua utilização, ou seja, o que se pretende nas zonas antigas das cidades é que, não só as habitações e o comércio estejam reabilitados sob o ponto de vista físico, mas estejam ocupados, porque um dos problemas da desertificação das atividades económicas nos centros das cidades diz muito respeito ao comércio local, nomeadamente aos proprietários de espaços passíveis de comércio que não são colocados ao mercado de arrendamento, pelo facto dos valores associados, quer à sua reabilitação, quer à sua não utilização, serem exatamente os mesmos. No caso de Vila Franca de Xira, como se sabe, em que o IMI é o mais baixo do país, é preciso introduzir uma energia diferente no comportamento dos proprietários. Portanto, as 7 ARU são especificamente voltadas para a reabilitação urbana por parte dos proprietários em zonas antigas do concelho.-----

Um segundo aspeto particularmente importante também no que toca a investir e trabalhar no concelho é o sistema de incentivos à revitalização empresarial e regeneração urbana por parte das empresas, propondo-se uma bonificação nas taxas associadas aos processos de reabilitação das empresas, das suas instalações, e também promover uma redução ou isenção das taxas no que toca aos processos de instalação de novas empresas em espaços que estão

*[Handwritten signature]*

classificados no PDM como “solo para espaços industriais”, “espaços de multiusos” ou “espaços para multiusos”.-----

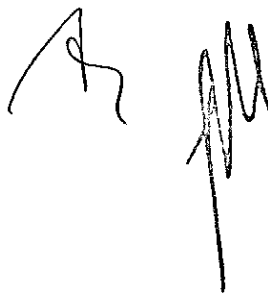
Portanto, se os Srs. Vereadores se recordam, na última reunião de câmara foi aprovado o aumento do volume de negócios passível de isenção total da Derrama para empresas com volume de negócios até 300 000,00€, que criem postos de trabalho, e foi já uma medida importante no sentido de chamar novas empresas para o concelho, sendo este um segundo elemento importante, que não só facilita a tomada de decisão para quem quer vir de novo para o concelho instalar a sua empresa, como também para as empresas atuais poderem fazer obras de reabilitação e melhoria das suas instalações, com criação de postos de trabalho e valores de taxas reduzidos. -----

Um último aspeto importante e transversal, quer às empresas, quer às habitações, diz respeito ao protocolo que se traz hoje para se estabelecer uma parceria com o Instituto Superior Técnico. -----

O Instituto Superior Técnico criou, lançou e mantém um sistema de certificação de análise dos projetos e da construção, melhorando a prestação energética, quer no momento da construção, quer sobretudo no momento de vida útil dos edifícios. Esse sistema de certificação é nacional, é reconhecido internacionalmente pela sua qualidade, e o que se pretende é baixar os preços associados a estes processos de certificação ambiental dos edifícios, quer dos novos edifícios, quer da reabilitação dos edifícios junto do Instituto Superior Técnico, por parte dos proprietários, e por outro lado garantir que o instituto vem ao concelho fazer formação e disponibilizar informação sobre as potencialidades da certificação energética dos edifícios. -----

A obrigação do país e da Europa, neste período que vai até 2020, é a redução da “pegada ecológica”, que passa muito pela eficiência energética de todos os edifícios, o que para o executivo é fundamental também promover por esta via, sobretudo com um sistema de incentivos que é uma marca nacional e uma marca reconhecida internacionalmente.-----

São por isso três decisões importantes incluídas nessa estratégia para a regeneração urbana, que, como se sabe, tem muitas outras medidas, e que se irá implantando ao longo destes próximos anos. Conforme definido até 2020, há um conjunto de medidas novas nestas áreas que se irá tomar, e estas são três



particularmente importantes.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que, à semelhança do que os membros da CDU disseram na primeira discussão, ou das discussões iniciais em que esta matéria foi colocada à câmara municipal, continuam a entender que este é um documento demasiado importante. Aliás, entendem-no como um documento cujos processos e dinâmicas têm que ser vistos obrigatoriamente como de construção crítica, evolutiva e adaptada às circunstâncias do momento, ao qual dão bastante valor. Assim, o primeiro reconhecimento ou registo que se impõe fazer é valorizar o conteúdo do trabalho técnico produzido pelos serviços da câmara municipal, o que prova, uma vez mais, sem margem para mais dúvidas, que há na câmara municipal competência técnica mais do que suficiente para produzir documentos desta natureza. -----


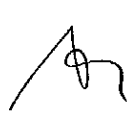
O documento permite fazer leituras muito interessantes do ponto de vista das dinâmicas demográficas e urbanas mais recentes no concelho de Vila Franca de Xira, mas, acima de tudo, permite que se situem relativamente ao estado a que se chegou, que, na opinião que têm, deveria merecer por parte do executivo da câmara municipal uma atenção para seis grandes questões.-----

A primeira é combater a degradação do tecido urbano, sendo que hoje há problemas no concelho relacionados com a degradação sociourbanística do concelho que têm de ser combatidos. -----

A segunda grande questão é devolver a revitalização urbana às zonas antigas, valorizando-as para além do seu aspeto patrimonial na função socioeconómica que podem garantir, e devem continuar a garantir, e em alguns casos readquirir, a bem da coesão e equilíbrio do concelho. -----

Um terceiro aspeto é que devem ser tomadas medidas corajosas no sentido de garantir a fixação de jovens exatamente nestes mesmos locais, como combate ao preocupante fenómeno do envelhecimento e da desertificação que entretanto tomou conta de muitos destes núcleos.-----

Como quarta questão, é opinião da CDU que não deve ser desperdiçado o uso de todos os meios legais e instrumentos de política urbanística do município para combater o processo de desvitalização urbana, que infelizmente acontece no concelho. -----



Por isso mesmo, como quinto grande aspeto, deve o município de Vila Franca de Xira usar dos incentivos, de acordo com as suas competências autárquicas, para incrementar esse processo de reabilitação urbana, que passa por um diálogo constante, permanente e atualizado com os proprietários, os agentes económicos, responsabilizando-os passo a passo e de acordo com as suas competências. -----

Por isso mesmo, em momento anterior, como também já foi referido, quando se confrontaram com a aplicação das competências de natureza autárquica em matéria fiscal, foram dos primeiros a propor a fixação de taxas mínimas, designadamente no Imposto Municipal sobre Imóveis, como incentivo e medida de combate à carga fiscal sentida pela generalidade das famílias no concelho. Em linha e coerência com esse mesmo espírito, igualmente propuseram medidas, designadamente para que, no campo da Derrama e do imposto a liquidar, as empresas de volume de negócios inferior pudessem ser discriminadas positivamente em comparação com o saque fiscal a que também têm vindo a ser sujeitas. -----



Continuou, referindo que perante o conteúdo em concreto do documento, os membros da CDU constatarem algumas tendências que, do ponto de vista da política do município, devem ser urgentemente consideradas. -----

A primeira delas, e tendo como referência as ARU de Povos e Alhandra, Alverca do Ribatejo, Póvoa de Santa Iria, Vialonga, Calhandriz e Cachoeiras, é que há um processo preocupante de envelhecimento. Há taxas de envelhecimento da população residente que oscila, no mínimo, de 23%, no caso das Cachoeiras, até o máximo de 35% em Alverca do Ribatejo, o que dá uma perceção absolutamente real e inquestionável de que há um processo de envelhecimento com tudo o que isso de mais negativo pode significar do ponto de vista da gestão do território no concelho, a incidir particularmente nas zonas antigas. -----

Há um preocupante número de casas devolutas ou vagas, sendo que há valores que oscilam, no mínimo, entre os 12% de Povos e Alhandra, até ao máximo de 18% nas Cachoeiras, o que deve ser entendido como sinal preocupante do ponto de vista da oferta do mercado habitacional e do controlo público que deve ser feito sobre essa matéria, no que às competências do município diz respeito. -----

Depois, não é verdade, e este trabalho confirma um sentimento que há algum







tempo era partilhado muito para além da opinião da CDU, que estas áreas são fundamentalmente compostas por habitações arrendadas. Há valores elevados de arrendamento mas que são, no caso de Povos e Alhandra, de 40%, Alverca do Ribatejo, de 47%, portanto menos de metade, Póvoa de Santa Iria, de 40%, sendo Vialonga a única ARU em que o valor é mais de 50%, atinge 54,4%, e Calhandriz e Cachoeiras têm 23% e 18%, respetivamente. -----

Perante estas tendências, que são fundamentalmente demográficas e confirmam um problema complicadíssimo para o concelho, a desertificação e envelhecimento em sítios concretos, estão absolutamente de acordo que, usando das prerrogativas legais e na esteira das competências autárquicas, se faça tudo o que estiver ao alcance para desobrigar, libertando meios, para que sejam previstas compensações ou redução de taxas ao abrigo do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas por Operações Urbanísticas. -----

Repetem que estão totalmente de acordo, como medida essencial, imprescindível e mais do que útil para incentivar à reabilitação urbana. Estão totalmente de acordo, tal como disseram em momentos anteriores, e voltam a afirmar, com a redução das cargas fiscais ao nível do IMI e Derrama, para aliviar aqueles que hoje não podem mais suportar o peso pesado de uma fiscalidade que é injusta. Estão totalmente de acordo que, ao nível, por exemplo, do desempenho energético, sejam privilegiadas as iniciativas dos particulares, se tiverem condições económicas para o efeito, beneficiando a autarquia com redução dessas taxas. -----

No que à revitalização empresarial diz respeito, estão totalmente de acordo com a redução de taxas, que passa pela consignação e verificação de que há construção sustentável, criação de postos de trabalho, reabilitação ou regularização de construções, que na opinião da CDU são medidas corretas, de longo alcance e podem produzir efeitos positivos. -----

Aquilo em que não estão de acordo, que os leva fundamentalmente a rejeitar esta proposta, é que não houve a prudência por parte do Partido Socialista em prever quais poderão ser os impactos se, ao nível do Imposto Municipal sobre Imóveis, por exemplo, houver a elevação anual da taxa ao triplo, para prédios urbanos devolutos há mais de um ano, a elevação anualmente da taxa ao triplo, no caso dos prédios urbanos em ruínas, e a majoração de 30% da taxa a prédios urbanos



degradados. -----



Assim, entendem que se hoje há uma dificuldade absolutamente inquestionável e demonstrável da parte dos proprietários, ou por razões de natureza familiar, ou fundamentalmente de natureza económica, e não houve e continua a não haver condições para reabilitar o seu património edificado, porque a esmagadora maioria são habitações de propriedade particular, e não de arrendamento, como é óbvio, se a câmara municipal optar por estas penalidades, aqueles que já hoje não têm condições dificilmente as terão se as suas taxas de IMI forem aumentadas para o triplo ou para uma majoração de 30%, no caso dos prédios urbanos degradados. ----

Os membros da CDU temem muito as consequências dessas medidas, sendo que, de uma vez por todas, pode-se criar ou está-se perante um cenário em que, por um lado, incentiva-se, mas por outro penaliza-se brutalmente com um aumento de carga fiscal aqueles que hoje não têm condição económica para reabilitar as suas habitações. Têm o entendimento que as medidas deveriam ser de natureza positiva, de incentivo, encorajamento, valorização, e não de penalização. -----

É certo que no meio de tudo sempre haverá casos em que, objetivamente, o que está subjacente poderá ser a especulação imobiliária, a degradação com fins imobiliários ou o desinteresse puro e simples do património, mas não é esse o conhecimento que lhes é dado a conhecer e que este relatório confirma, por outro lado, é que se está perante uma situação em que, do ponto de vista demográfico, está-se a falar de populações vulneráveis, idosas, de baixos rendimentos, que se forem confrontadas com estes agravamentos fiscais ficarão numa situação pior do que aquela em que hoje já se encontram no que à reabilitação do seu edificado diz respeito. -----

Portanto, para que não haja absolutamente dúvida sobre essa matéria, entendem que se o Partido Socialista insistir nesta proposta conjunta de, por um lado, valorizar e incentivar a reabilitação, mas ao mesmo tempo, aqueles que não têm condição económica para o efeito serem penalizados da forma abrupta e quase fatal como aquela que propõe o código do IMI, porque é o que está estipulado nos termos legais do código, não acompanharão o PS e serão forçados a votar contra. --

O Sr. Presidente interveio, dizendo que os membros da CDU estão em 99% de acordo e 1% em desacordo, porque nas questões essenciais estão de acordo. De



qualquer modo, o executivo não faz nem mais nem menos do que aquilo que é o entendimento dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, que sobre esta matéria têm refletido e têm aprovado documentos. Não se pode assistir, impávido e sereno, sem prejuízo de algumas matérias que o Sr. Vereador falou, de caráter social, para revitalizar, requalificar os cascos antigos das cidades e vilas do concelho, sem fazer algo. -----



O Sr. Vereador focou e identificou uma série de questões, e se a câmara municipal não fizer alguma coisa, as coisas mantêm-se rigorosamente na mesma. Por isso, crê que valerá a pena a CDU também pensar que outros municípios, que sobre esta matéria também refletiram, e já aprovaram documentos desta natureza, já o fizeram, com agravamentos muito superiores aos de Vila Franca de Xira. Não há outra forma de resolver, mas é uma opinião que respeita, e os Srs. Vereadores decidirão da forma que entenderem. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que estas medidas e os diagnósticos que foram feitos foram resultantes de um estudo bastante aturado e de um conjunto de reuniões bastante extenso ao longo do concelho todo, e vieram dar um retrato que é um diagnóstico igual, ou muito parecido, com o conjunto dos núcleos urbanos do país, nomeadamente nas áreas metropolitanas e na Área Metropolitana de Lisboa muito em particular. -----

Os problemas que hoje se colocam aos governos locais, nas partes antigas das suas localidades, são sobretudo de três ordens de grandeza. -----

Quanto ao problema demográfico, a que o Sr. Vereador Nuno Libório aludiu e que consta do relatório, não é nada de novo no que ao conhecimento da câmara municipal diz respeito, mas associado a dois outros problemas. Normalmente, ao problema demográfico nos centros históricos está sempre associada a questão económica da sua vida e da sua vivência urbana, porque simultaneamente têm ou podem ter muita potencialidade de dinamização do conjunto da comunidade, mas também são os que mais sofrem nestes processos de envelhecimento e desertificação, nomeadamente dos pequenos comércio. São os que mais sofrem neste processo de dificuldade de vivência urbana. -----

Ora, a questão não está tanto no diagnóstico, mas no que se faz perante ele, e no caso da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, ao longo dos anos tem vindo a



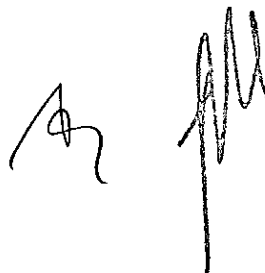
ser mantida e dinamizada uma estratégia, que continuará aliás ao longo dos próximos anos, que tem sido dirigida para a qualificação urbanística de todos os espaços públicos, nomeadamente dentro destes núcleos urbanos antigos, com a simultânea criação de espaços de descompressão urbanística e de identificação comunitária relativamente a novos equipamentos existentes naquelas zonas. -----

O que se tem verificado é que o arranjo do espaço público, a criação de novos espaços de lazer, tem gerado alguma dinâmica por parte dos proprietários adjacentes a essas requalificações, que têm apostado na qualificação do seu edificado, mas não chega, e é preciso dinamizar esta atitude dos proprietários e investidores na área das habitações, da sua qualificação, da qualificação do comércio e do investimento de novas indústrias e empresas. No fundo, é sempre preciso arranjar empregos para que as pessoas se sintam motivadas também para se fixarem nestes locais. -----

Estas medidas são sobretudo voltadas para os proprietários, valorizando a ação, ou seja, diminuindo os custos para quem quiser investir no seu imóvel, e valorizando, depois da intervenção, aqueles imóveis que forem colocados no mercado, nomeadamente no de arrendamento, porque os imóveis vazios, ou as taxas elevadas de imóveis vazios nos centros das cidades, não criam só problemas de desertificação, aumentam os custos das rendas das casas que estão ocupadas. -----

Portanto, ao valorizar quem quer investir no seu património e o quer colocar no mercado de arrendamento ou no de venda, está-se automaticamente a baixar a pressão sobre os preços dos arrendatários, porque o que se passa muitas vezes é que os proprietários nestas zonas não são proprietários apenas de uma casa, não são por regra proprietários apenas de um espaço comercial, são proprietários de muitas casas ou muitos espaços comerciais, e se os valores de arrendamento estiverem altos, poderão deixar algumas das casas por alugar, alguns dos comércios por alugar, para não fazer baixar o custo do arrendamento. -----

É preciso introduzir uma nova filosofia neste processo, valorizando a ação de quem tem imóveis nas zonas antigas, facilitando a ação e o investimento para quem queira investir nos seus imóveis, mas sobretudo, e esse é um aspeto importante, pressionando essa ação. É legítimo que um proprietário tenha o seu imóvel degradado e em mau estado ou devoluto? É legítimo, mas para a cidade isso não é



positivo, portanto, quem quer ter ou opta por não reabilitar, deve contribuir com um custo suplementar para a comunidade, porque essa comunidade sofre com o estado em que o imóvel se encontra.-----



Por isso, são sempre usados dois pesos nesse processo da constituição das ARU, o que não é sequer específico de Vila Franca de Xira, sendo que poderá, caso haja necessidade, de dar conta de outros sítios do país onde o processo das ARU está a ser implementado com os mesmos dois pesos, que é desobrigar quem age, facilitar o investimento por quem quer agir, e aumentar o custo a quem nada quer fazer, ou não quer pôr o seu imóvel no mercado, quer de venda, quer de arrendamento. -----

Não se trata de não ter em atenção os casos em que as pessoas, por razões diversas, não podem fazer esse investimento, nomeadamente no caso dos arrendatários, porque estas medidas não se dirigem aos arrendatários, têm um efeito importante sobre os arrendatários, porque as rendas vão baixar, à medida que houver mais espaços colocados no arrendamento. Nessa perspetiva, estas medidas, não se dirigindo aos arrendatários, vão beneficiá-los a médio e longo prazo, mas é sempre preciso pressionar a ação e facilitar depois quem age. -----

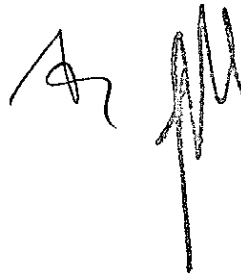
Esse é o sistema que está, e deve também testemunhar a grande reflexão técnica feita pelas equipas envolvidas, que sobretudo haverá de exigir um trabalho de acompanhamento urbanístico muito próximo por parte das unidades orgânicas envolvidas neste processo, tanto a Equipa Multidisciplinar da Reabilitação Urbana, como, sobretudo, o Departamento de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana, que é a quem depois vai competir o dia a dia, o vibrar deste processo de nova energia no conjunto das comunidades urbanas. -----

Terminou, referindo que o sistema, tal como está montado, é exatamente para pôr os centros históricos a mexer, pô-los no mercado, quer de arrendamento, quer de venda, para dinamizar toda a vida urbana nestes centros históricos.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, pedindo intervenção para dizer algo simples, mencionando que, não sendo obrigatório fazer comentários sobre o que foi dito pelo Sr. Vice-Presidente, e não desvalorizando, como é óbvio, toda a opinião do executivo sobre a matéria, é importante todos se situarem no que se está hoje a discutir. Esta é uma realidade diversificada e, maioritariamente, não abrange o património do arrendamento, ou seja, maioritariamente as habitações nas áreas de

reabilitação urbana propostas pela câmara municipal incidem sobre proprietários. --  
Como é óbvio, nem o próprio, nem ninguém aqui, consegue fazer a demonstração de que são pequenos ou grandes proprietários, do ponto de vista económico-social, mas há uma constatação de facto, é que por alguma razão de fundo a reabilitação está nas ruas da amargura, e no concelho é praticamente inexistente nestas áreas. Na opinião dos membros da CDU, a acreditar naquilo que várias opiniões contribuem sobre a matéria, para além da opinião que têm, os proprietários, hoje, não só no concelho, mas também no concelho, não investem mais na sua habitação própria porque não têm condições económicas, é disso que se trata, e a preocupação que têm é essa. Aqueles que são a maioria dos proprietários, não tendo condições económicas para levar a efeito o processo valioso, imprescindível, de reabilitação do seu património edificado, como é que vão ter condições para pagar mais 30% de taxa de IMI, se o seu prédio estiver degradado ou, por exemplo, se for ao triplo, no caso de estar mesmo em ruína?-----  
Todos conhecem casos, por força das obrigações que têm, em que, ou por desentendimentos familiares ou, como disseram e repetem, por evidentes e manifestas dificuldades económicas, as pessoas não conseguem reabilitar o seu próprio edificado. Por outro lado, poderá ser opção da câmara municipal fazer isto, que é, por um lado, um conjunto de incentivos, ao mesmo tempo acompanhado de um conjunto de penalizações, ou fazer outra proposta, que é aquela que a CDU defende? A proposta é a de incentivar e valorizar aqueles que investem pela reabilitação urbana, e a câmara municipal, politicamente, poderia não optar pela penalização, porque nos termos do código do IMI o que está em causa é a definição política do instrumento financeiro, de acordo com a competência autárquica, que pode privilegiar, de duas uma, ou a bonificação, reduzindo a taxa, isoladamente, ou as duas ao mesmo tempo. -----  
É aqui que não acompanham a proposta do Partido Socialista, pois, tendo em conta o cenário económico que é constatado, e é preciso frisar novamente que se está a falar de áreas marcadas pela desertificação, envelhecimento demográfico, com elevadíssimas taxas de pessoas idosas a viver, com uma condição de recursos muito frágil, as pessoas poderão ficar, com esta decisão da câmara municipal de hoje para amanhã, o que significa um ano, com uma carga fiscal absolutamente



insuportável e insustentável. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que para um esclarecimento adicional dará a palavra ao Sr. Vice-Presidente. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo que é um esclarecimento adicional, mas importante, é que o aumento das taxas de IML por via da inação dos proprietários afeta sobretudo imóveis que não estão sequer habitados, que estão completamente em ruínas. Esses são os imóveis que não podem ficar assim, e são os imóveis onde os supostos proprietários com dificuldade não estão lá, onde os inquilinos também não estão, porque o imóvel está devoluto. -----

Se por acaso se der o caso de ser um edifício em ruínas arrendado, que ainda é pior, mesmo considerando em hipótese essa situação, o que é inadmissível é que o proprietário não faça obras ou não tenha apoio para fazer as obras que são necessárias para um inquilino que lá vive. Estas medidas não são sequer medidas exclusivas do concelho de Vila Franca de Xira, mas são absolutamente fundamentais para defender as pessoas que residem nos centros históricos, sejam ou não proprietários, nomeadamente ou principalmente se forem inquilinos, e o que se pretende é que os imóveis em ruínas e os devolutos não estejam assim, porque se estiverem é muito mais difícil para o conjunto das pessoas que vivem ou investem nestas zonas, ter espaço. -----

Compreender-se-á que, se houver poucas casas em arrendamento, as rendas são mais altas, e se houver poucos espaços para comércio em sistema de arrendamento, as rendas são mais altas. Portanto, torna-se sempre mais difícil, quer viver, quer desenvolver negócios, nestas zonas. -----

O que diria é que não subscreve em absolutamente nada as preocupações da CDU, porque crê que os seus membros as estão a colocar numa situação ou análise que não é a que os documentos traduzem, quer em termos de diagnóstico, quer em termos de consequência, mas isso não põe absolutamente nada em causa, como é evidente, a posição. Contudo, realmente, sob o ponto de vista estratégico, técnico e político, não subscreve minimamente essas preocupações, que não são sequer gerais, como se sabe, porque há câmaras da CDU que têm estes sistemas implementados pelas mesmíssimas razões que Vila Franca de Xira também tem os sistemas implementados. Aí, não consegue mesmo, em nenhum dos prismas,



subscriver a posição. -----

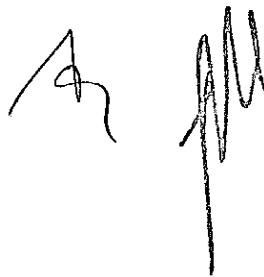
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que tem estado a ouvir esta discussão, que é importante e tem corrido da forma como deve correr, e está a tentar lembrar-se de um caso no município que vem em contradição àquilo que o executivo dizia há pouco. Conhece uma situação de uma pessoa que tinha uma casa com comércio numa zona antiga de uma freguesia do concelho, a casa estava praticamente devoluta, e entendeu fazer alguns arranjos exteriores e também interiores, porque a casa estava muito velha, e foi obrigada a fazer uma placa para que não caísse. -----

Não pediu autorização, e naturalmente a situação levou a um auto de embargo, até aí tudo correu na normalidade, e a pessoa assumiu que, de facto, desconhecia, e lhe tinha sido dada uma informação errada, mas pediu à câmara municipal que, ainda assim, mesmo com o embargo, a deixasse pelo menos colocar o portão, que era a segurança da sua casa, e estava a tentar requalificar um espaço numa zona história da freguesia, a tentar abrir um espaço comercial nessa zona, até porque lhe fazia muita confusão ver o património da família num estado degradado. -----

Essa pessoa está à espera há 2 meses que a câmara municipal dê autorização de colocar o portão, e aquilo que diz, e com toda a razão, no seu entender, é que não faz sentido, por um lado, estar a aprovar iniciativas para incentivar a requalificação do espaço histórico, quando depois a câmara municipal fica nesta inércia, que é esperar “n” tempo para que seja colocado um portão no sítio onde não tinha um portão antigo. Por isso, estas leis são importantes, estes regulamentos são todos importantes, mas perante estas situações que acontecem no dia a dia do concelho, tem muitas dúvidas que as pessoas olhem para isto com outra perspetiva, e o regulamento também não vai fazer nenhum sentido se até hoje as coisas não se resolveram da melhor forma, e não é assim que certamente se vai incentivar à requalificação do espaço histórico das freguesias. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que a Srª Vereadora aponta um exemplo, que é o facto de uma determinada pessoa ter feito uma construção ilegal, e não tem nada a ver com os assuntos que se estão a tratar. A única coisa que pode dizer é que vai tentar averiguar, se no final a Srª Vereadora tiver a delicadeza de lhe dar um papel com a informação para, junto dos serviços, saber o porquê, sendo que às





vezes a transmissão das coisas é uma e a realidade é outra. Admitindo que a Srª Vereadora está a referir a questão do portão como clara, objetiva e real, terá todo o gosto de ver com os serviços porque é que se está a demorar tanto tempo ou se há alguma questão que obste a essa situação.-----

Nada disso, que é uma questão do trabalho corrente do urbanismo e da fiscalização, tem a ver com o que se esteve a falar. Aquilo que a Srª Vereadora colocou são situações, se é o caso, de melhorias do trabalho, no dia a dia, mas nada têm a ver com a questão em apreço.-----

A CDU coloca as questões da forma como colocou, e o executivo PS não as compreende, nem comunga das mesmas preocupações. Já se explicou, crê que de uma forma exaustiva, qual é o pensamento e critério do executivo, bem como qual é o pensamento dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa sobre a matéria, que são os mesmíssimos que os membros do executivo apresentou, pelo que sobre a matéria não há nada de desalinhado, nem vale a pena estar a dar exemplos.-----

Apresentados os argumentos de um lado e de outro, passará à votação, colocando à consideração o ponto 36, questionando quem vota contra, concluindo que é aprovado por maioria, com o voto contra da CDU.-----

Sobre o ponto 37, sistemas de incentivos à revitalização empresarial, pergunta quem vota contra, concluindo que é votado por maioria, com os votos contra da CDU.-----

Relativamente ao ponto 38, questiona quem vota contra, concluindo que sobre este ponto há acordo da CDU, e é aprovado por unanimidade.-----

Assim sendo, passará a palavra à Srª Vereadora Ana Paula Bayer, para fazer a declaração de voto dos membros da Coligação Novo Rumo sobre os pontos 36, 37 e 38.-----

Interveio o Srª Vereadora Ana Paula Bayer, lendo a declaração de voto em nome da Coligação Novo Rumo, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzida nesta parte da ata.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**

Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

---

### **Reunião de Câmara de 4 de Novembro de 2015**

#### **Pontos 36 a 38 da Ordem do Dia**

36. Aprovação da proposta de delimitação de 7 ARU do Concelho e envio à Assembleia Municipal para aprovação da proposta de delimitação das ARU e das alterações das taxas do RMUETOU - Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas por Operações Urbanísticas e do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis;
37. SIRERU - Sistema de Incentivos à Revitalização Empresarial e Regeneração Urbana - Envio à Assembleia Municipal para aprovação, bem como das alterações das taxas do RMUETOU - Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas por Operações Urbanísticas e do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis;
38. Protocolo de colaboração para a construção sustentável no Município, a celebrar com o Instituto Superior Técnico - Envio à Assembleia Municipal para aprovação, bem como das alterações das taxas do RMUETOU - Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas por Operações Urbanísticas e do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis;

### **DECLARAÇÃO DE VOTO**

As cidades são o centro económico e demográfico do século XXI. Em 2025, as 600 maiores terão um PIB conjunto de 64 triliões de dólares, 60% do produto mundial. Dentro de 35 anos, duas em cada três pessoas viverão em cidades, contra duas em dez em 1900. Já hoje, nos 35 países mais ricos, 80% das patentes são criadas e registadas em cidades. Se o século XX foi o século dos estados, o século XXI será o século da consagração da cidade.

Isto não quer dizer que o futuro seja risonho para todas. Bem pelo contrário; a globalização pôs as cidades frente a frente no campeonato da competitividade, e ou as cidades criam condições para o crescimento sustentável ou serão irremediavelmente ultrapassadas. Vale a pena reflectir sobre as possibilidades do municipalismo português no quadro da afirmação global das cidades portuguesas.

A pirâmide de desenvolvimento do poder local conheceu dois níveis distintos. O primeiro, no pós-25 de Abril, resultou da necessidade de criar estruturas básicas (redes de saneamento, abastecimento, comunicação) – o nível da infra-estruturação. Houve depois a necessidade de criar ou renovar escolas, hospitais e bibliotecas. Completou-se o nível de equipamento do território. A seguir entrámos num terceiro nível, que abre a perspectiva de desenvolvimento inteligente das cidades. É a fase do *software*. A maneira como respondermos ditará em grande parte o lugar das nossas cidades (e a qualidade de vida dos nossos cidadãos) no ranking global.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**

Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

---

É mais fácil o talento atrair o capital que o capital atrair o talento.

Passados demasiados anos de degradação urbana, e de alguma apatia da Câmara Municipal nesta matéria, finalmente estamos a dar os primeiros passos no sentido da regeneração urbana do Concelho de Vila Franca de Xira.

Há largos anos que o PSD e a Coligação Novo Rumo defendem que a Câmara Municipal deveria ter uma atitude diferente, uma postura verdadeiramente activa. Há anos que reclamamos a necessidade de um pensamento estratégico. Desde a Discussão do PEC em 2003 que temos alertado, ora através de tomadas de posição, ora apresentando propostas, sempre no sentido da Câmara Municipal poder criar condições para que os proprietários privados possam tirar rentabilidade da recuperação das suas casas, dos seus imóveis.

Mais tarde, na discussão do Plano Director Municipal, uma das principais razões que nos levou a estar contra este instrumento foi precisamente a falta de uma aposta decisiva na Requalificação Urbana. No PDM votámos contra a escassez de procedimentos, e contra a cultura instituída de ausência de regras para a Requalificação Urbana. Votámos contra a falta de estratégia de desenvolvimento para o Concelho.

Recentemente estivemos novamente presentes, acompanhando e participando activamente na Estratégia de Reabilitação Urbana. Votámos a favor da Abertura do Procedimento para a realização do Estudo Técnico de Fundamentação em Setembro de 2013, estivemos presentes com contributos em todas as Conferências Temáticas realizadas o ano passado, e temos enviado contributos para o Plano de Acção para a Estratégia da Regeneração Urbana do concelho de Vila Franca de Xira para o período 2014-2020.

Esta estratégia vem consolidar o que afirmamos ao longo dos anos, e que agora se apresenta assente em diagnósticos de análise e prospectivos, desenvolvidos em colaboração com a Universidade de Lisboa – Instituto de Ciências Sociais. Aqui, o conhecimento e a investigação académica coincidem com o saber empírico e a visão estratégica que defendemos para o nosso Concelho. Mas este trabalho da Universidade de Lisboa também coincide com o que temos vindo a alertar há anos, colocando números e dados concretos naquilo que identificámos como os maiores problemas do Concelho. Este estudo evidencia um vasto conjunto de vulnerabilidades estruturais que importa combater, para melhorarmos a nossa competitividade, nomeadamente nos seguintes domínios:

- Desenvolvimento urbano das últimas décadas baseado em eixos rodoviários;
- Atravessamento viário pesado de zonas urbanas densas;
- Dificuldade de articulação entre actividade económica (industrial e logística) e residencial em alguns aglomerados do concelho;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**

Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

- 
- Fragilidade dos instrumentos de gestão territorial para a regeneração de grandes espaços industriais devolutos;
  - Descontinuidade da política de cidades e de instrumentos inovadores (p. ex. parcerias público-privadas) de regeneração urbana.
  - Desvitalização do tecido comercial dos centros históricos;
  - Ausência de empreendimentos de influência regional ou sub-regional e de espaços-âncoras com capacidade de atracção supraconcelhia;
  - Deficiente cultura de parceria entre os sectores público e privado.
  - Problemas latentes de regeneração urbana nos territórios suburbanos do Concelho;
  - Reduzida qualidade urbanística, ambiental e estética dos espaços construídos e dos edifícios;
  - Fraca vitalidade urbana nos territórios suburbanos e declínio da cidade de Vila Franca de Xira
  - Incerteza sobre custos, duração e licenciamento de obras de reabilitação;

É com muita preocupação que lemos este diagnóstico, mas é também com esperança que vemos o futuro. E acreditamos que esta estratégia é importante para o futuro, acreditamos que reabilitar é importante, mas para nós, a regeneração acrescenta à reabilitação uma preocupação de revitalização económica e de sustentabilidade dos espaços reabilitados.

A regeneração urbana é uma actividade com impacto transversal em toda a economia, permitindo dinamizar desde o investimento para arrendamento ao comércio, restauração, hotelaria e turismo, da cultura à indústria criativa.



Afirmamos novamente que a revitalização apenas será uma realidade com o envolvimento, para além das populações e forças vivas do concelho, de agentes representantes do tecido empresarial, desde o início dos processos, porque a eles se reconhecem as valências capazes de transformar oportunidades em actividade económica, ou seja, juntando investimento público, investimento privado e massa crítica (pessoas), atraindo novos consumidores e habitantes e dessa forma dar nova vida às zonas que pretendemos revitalizar no nosso concelho.

*Vila Franca de Xira, 4 de Novembro de 2015*

Os Vereadores da Coligação Novo Rumo

Rui Ribeiro Rei

Ana Paula Bayer



1. Assunto: SIRERU – SISTEMA DE INCENTIVOS À REVITALIZAÇÃO EMPRESARIAL E REGENERAÇÃO URBANA – ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO, BEM COMO DAS ALTERAÇÕES DAS TAXAS DO RMUETOU – REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS POR OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DO IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 446/15, de 23/10, da EMRU, para aprovação e remessa à assembleia municipal, para aprovação do SIRERU – Sistema de Incentivos à Revitalização Empresarial e Regeneração Urbana, bem como das alterações das taxas do RMUETOU – Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas por Operações Urbanísticas e do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 446/15, de 23/10, da EMRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com os pontos 36 e 38 da ordem do dia. -----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----

*[Handwritten signature]*

1. Assunto: PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO, A CELEBRAR COM O INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO – ENVIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO, BEM COMO DAS ALTERAÇÕES DAS TAXAS DO RMUETOU – REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS POR OPERAÇÕES URBANÍSTICAS-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 444/15, de 23/10, da EMRU, para aprovação e remessa à assembleia municipal, para aprovação do protocolo de colaboração para a construção sustentável no município, a celebrar com o Instituto Superior Técnico, bem como das alterações das taxas do RMUETOU – Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas por Operações Urbanísticas, previstas no mesmo.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 444/15, de 23/10, da EMRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com os pontos 36 e 37 da ordem do dia. -----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----



Reunião de 2015/11/04

Deliberação nº

É um simulacro no âmbito do plano de emergência interno da empresa, e gostaria de informar os presentes, caso passem por lá naquele dia 17 de novembro, às 10h00, para não se preocuparem, porque se trata de um simulacro, sendo que também agradece à comunicação social que, se puder fazer eco disso mesmo, o faça, para que a população esteja informada. -----



Reunião de 2015/11/04

Deliberação nº **674**


Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta da presente reunião de câmara. -----





Encerramento às 12h40. -----

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara de 2015/12/16, não tendo participado na votação o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, por não ter estado presente, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. -----

E eu, , Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, a subscrevi. \_\_\_\_\_

O Presidente da Câmara Municipal,

- Alberto Simões Maia Mesquita -